



GAFISA S.A.

CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07

NIRE 35.300.147.952

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

30 DE ABRIL DE 2020



ÍNDICE

(i) exame e aprovação do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.	3
(ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;	3
(iii) Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2020.....	4
(iv) Ratificar o mandato dos Conselheiros João Antonio Lopes Filho e Denise dos Passos Ramos, para mandato que coincida com o dos demais conselheiros.....	4
(v) Aprovar a redução de capital social, de modo a absorver o prejuízo acumulado da Companhia.	4
Informações Adicionais e Onde Encontrá-las	5
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES.....	7
ANEXO II – INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	29
ANEXO III – INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	64
ANEXO IV – INFORMAÇÕES DA REDUÇÃO DE CAPITAL	68
ANEXO V – INFORMAÇÕES DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO	69



GAFISA S.A.

CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07

NIRE 35.300.147.952

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Apresentamos, a seguir, a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada, se em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2020, às 9:00 (“AGOE”):
Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

(i) exame e aprovação do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2019, conforme divulgadas em 26 de março de 2019 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), através do Sistema de Informações Periódicas (IPE), e publicadas em 27 de março de 2020 nos jornais “O Estado de São Paulo” e “Diário Oficial do Estado de São Paulo” (“Demonstrações Financeiras”).

Nos termos do artigo 9º, III, da ICVM 481, os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se detalhados no Anexo I a esta proposta.

Informamos que, em cumprimento ao disposto no art. 9º, V, e parágrafo único, III da ICVM 481, o parecer do Comitê de Auditoria encontra-se disponível na sede social da Companhia, em seu site de Relações com Investidores (www.gafisa.com.br/ri/) e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

(ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;

Tendo em vista ter a Companhia apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não há proposta para a destinação do lucro líquido, ficando prejudicada a apresentação das informações exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”). Pelo mesmo motivo, não há que se falar em distribuição de dividendos.



(iii) Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2020.

O Conselho de Administração propõe a V. Sas. a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria), para o exercício social de 2020, no montante de até R\$16.526.632,70 dos quais R\$ 15.546.632,70 correspondem à remuneração prevista para a Diretoria Estatutária da Companhia e R\$ 980.000,00 correspondem à remuneração prevista para o Conselho de Administração.

O valor bruto para a remuneração dos Administradores para o exercício de 2020, R\$ 18.221.484,91, representa um aumento de 234% frente à remuneração líquida global dos Administradores no exercício de 2019. A variação reflete o reajuste da remuneração, inclusive em razão de alinhamento dos salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado, bem como o aumento no número de administradores da Companhia e estabelecimento de programa de bônus aos administradores da Companhia, anteriormente inexistente. Com relação à remuneração aprovada para o exercício de 2019, o comparativo dos valores é o seguinte:

Órgão	Valores Propostos 2019	Valores Propostos 2020	Motivos da Diferença
Diretoria	R\$5.780.808,00	R\$ 15.546.632,70	Aumento do número de Diretores Estatutários e membros do C.A.
Conselho de Administração	R\$2.001.600,00	R\$ 980.000,00	Redução no número de membros e honorários
Total Global	R\$7.782.408,00	R\$ 16.526.632,70,	Implantação de um programa de bônus com mensuração de resultados

Em observância ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações do item 13 do Formulário de Referência no Anexo II desta Proposta.

(iv) Ratificar o mandato dos Conselheiros João Antonio Lopes Filho e Denise dos Passos Ramos, para mandato que coincida com o dos demais conselheiros.

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia apresenta as informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência no Anexo III desta Proposta.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

(v) Aprovar a redução de capital social, de modo a absorver o prejuízo acumulado da Companhia.



Em observância ao disposto no artigo 16 da Instrução CVM 481, Companhia apresenta as informações do anexo 16 da Instrução CVM 481 no Anexo IV desta Proposta, e as informação da alteração estatutária decorrente no Anexo V desta Proposta.

Informações Adicionais e Onde Encontrá-las.

Documentos à disposição dos acionistas. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (www.gafisa.com.br/ri/), e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), conforme previsto na Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e Instrução da CVM nº481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481”).

Participação dos acionistas na AGOE. Poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, presencialmente, por seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto à distância nos termos da ICVM 481, a qual permite que os acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia.

Os Acionistas que optarem por participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGOE munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade, o comprovante de titularidade de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária nos 3 (três) dias anteriores ao envio do boletim de voto ou à realização da AGOE; e, se for o caso, (b) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas pessoas físicas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme amplamente divulgado na mídia, considerando as recentes atualizações de casos de COVID-19 (coronavírus) no Brasil, a Companhia sugere fortemente que seja dada preferência ao Boletim de Voto a Distância para fins de participação na AGOE.



Apresentação dos Documentos para Participação na AGOE. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos relacionados no item 2 acima na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, com antecedência mínima de 48 horas a contar da hora marcada para a realização da AGOE. Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à AGOE munidos de tais documentos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

São Paulo, 30 de março de 2020.

A Administração
Gafisa S.A.



ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

(conforme item 10 do Anexo 24 da ICVM 480)

10.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores acreditam que a Companhia é uma das empresas líderes no mercado de incorporação, com atuação nacional e foco em empreendimentos residenciais de alta qualidade no segmento de média-alta e alta classe no Brasil.

As receitas da Companhia provêm principalmente de incorporações e vendas de empreendimentos imobiliários. A Companhia reconhece as receitas resultantes de empreendimentos imobiliários durante o período de construção, com base em uma mensuração financeira de conclusão dos empreendimentos e não à época da celebração dos contratos de venda. Em menor escala, a Companhia também gera receitas a partir de serviços imobiliários tais como administração de construção e gerência técnica e imobiliária que presta a terceiros. A Companhia estrutura alguns de seus projetos através de suas subsidiárias ou sociedades controladas em conjunto, constituídas como sociedades de propósito específico.

Indicadores de Liquidez (R\$

Mil)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
(a) Ativo Circulante	1.800.168	1.683.371	1.731.147
(b) Ativo Não Circulante	751.719	842.909	1.145.213
(c) Passivo Circulante	1.252.402	1.039.015	1.256.243
(d) Passivo Não Circulante	404.342	994.074	905.048
(e) Imóveis a Comercializar			
(AC)	786.660	890.460	990.286
Liquidez Corrente (a/c)	144%	162%	138%
Liquidez Geral (a+b)/(c+d)	154%	124%	133%
Liquidez Seca (a-e)/c	81%	76%	59%

A Diretoria entende a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

A alavancagem, medida pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, caiu para 35,3% ao final de 2019, impactada substancialmente pelos aumentos de capital ocorridos no montante de R\$404 milhões. Excluindo-se os financiamentos de projetos, a relação Dívida Líquida / Patrimônio Líquido apresentou uma razão de -37,7. %.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$414.330 mil. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$316.348 mil e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 35,3%.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$137.160 mil. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$752.252 mil e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 152,5%. Com a integralização dos aumentos de capital no exercício de 2019 houve uma redução desse índice conforme demonstrado acima.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$147.462 mil. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$957.436 mil e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 126,1%.

No exercício de 2018, a margem EBITDA ajustada recorrente da Companhia (ex juros capitalizados, contingências e impairment de terrenos, estoques e software) foi de 53,4% versus 13,2% em 2017, e -23,1% no exercício de 2017.

A receita líquida em 2019, reconhecida pelo método "PoC" totalizou R\$400,5 milhões, uma redução de 58% em relação a 2018, resultado do menor volume de vendas e de obras em andamento no período.

O índice de liquidez corrente em 2019 foi de 1,44 ante 1,62 em 2018 e 1,38 em 2017.

Em 20 de fevereiro de 2017 foram realizadas duas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia, com as seguintes deliberações: (a) grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 13,483023074 para 1, passando as 378.066.162 ações ordinárias de emissão da Companhia a representar 28.040.162 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e ajuste proporcional do limite de capital autorizado, passando de 600.000.000 para 44.500.405 ações ordinárias; (b) registro do oferecimento aos acionistas da Companhia do Direito de Preferência para aquisição, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, de até 50% do capital social da Tenda, pelo preço de R\$8,13 por ação, para pagamento à vista em dinheiro, quando do exercício do Direito de Preferência, sujeito à conclusão da redução de capital da Companhia; (c) Aprovação da redução do capital social da Companhia no montante total de R\$219.510.000, passando de R\$2.740.661.187,74 para R\$2.521.151.187,74, sem o cancelamento de ações, entregando-se aos acionistas da Companhia 1 ação ordinária de Tenda para cada 1 ação ordinária de Gafisa de sua titularidade pós grupamento, excluídas as ações em tesouraria, totalizando 27.000.000 de ações ordinárias de Tenda, que representam os outros 50% do seu capital social total.

Em 22 de abril de 2017, encerrou-se o prazo de 60 dias previsto no Art. 174 da Lei nº 6.404/76 para a oposição de credores em relação à redução do capital social da Companhia, sem qualquer oposição de credores. Em decorrência, o capital social da Companhia passou a ser de R\$2.521.151.187,74 dividido em 28.040.162 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No que tange o Direito de Preferência, os acionistas adquiriram a totalidade das ações destinadas ao Direito de Preferência, não restando quaisquer ações disponíveis para aquisição da Jaguar. Assim, as ações representantes de 50% do capital social da Tenda foram entregues aos acionistas que exerceram o Direito de Preferência e o contrato celebrado com a Jaguar foi rescindido.

As ações de Tenda adquiridas no âmbito do Direito de Preferência foram entregues aos adquirentes, juntamente com as ações do processo de Redução de Capital, no dia 4 de maio de 2017, data em que se iniciou a listagem e início dos negócios da Tenda no segmento tradicional da B3 S.A. A partir desta data, Companhia deixou de deter qualquer participação acionária no capital da Construtora Tenda S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão, para subscrição privada, de, no mínimo, 13.333.334 ações (R\$ 200.000.010,00) e, no máximo, 20.000.000 (vinte milhões) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Desta foram, considerando (i) o prazo para o exercício do direito de preferência, (ii) os dois períodos de subscrição de sobras e (iii) os cancelamentos de direitos de preferência; o Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2018, homologou o aumento parcial de capital, de forma que o capital social da Companhia passará para R\$ 2.521.318.365,26, dividido em 44.757.914 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo a subscrição total, incluindo o valor destinado à reserva de capital, atingido o valor R\$ 250.766.280,00.

Em 25 de setembro de 2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária convocada por solicitação de seu acionista GWI Asset Management S.A., sendo as principais deliberações: (i) a destituição, por maioria dos votos, de todos membros do Conselho de Administração e (ii) a eleição, pelo processo de voto múltiplo, de novos membros. Ato contínuo, em reunião do Conselho de Administração em 28 de setembro de 2018, os seguintes itens foram deliberados como parte do processo de turnaround e otimização da estrutura corporativa da Companhia: (i) as destituições do Diretor Presidente, Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor Executivo Operacional e a eleição de novos diretores estatutários; (ii) adoção de medidas para aprovação da alteração de sede da Companhia; (iii) fechamento da filial localizada no Rio de Janeiro e (iv) aprovação do programa de recompra de ações de emissão da Companhia.

Em 19 de dezembro de 2018 foi realizada reunião do Conselho de Administração da Companhia, que aprovou o cancelamento de 1.030.325 (um milhão trinta mil e trezentas e vinte cinco) ações da Companhia, adquiridas no âmbito do Programa de Recompra aprovado em setembro de 2018 ("Programa de Recompra"), sem redução do valor do capital social, o qual fica dividido em 43.727.589 (quarenta e três milhões setecentos e vinte e sete mil quinhentas e oitenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No exercício de 2019, O Conselho de Administração da Companhia homologou os seguintes aumentos de capital:

- Em 24 de junho de 2019: subscrição e integralização de 26.273.962 novas ações ordinárias sendo 12.170.035 ações ao preço de R\$5,12 e 14.103.927 ações ao preço de R\$4,96, totalizando R\$62.311 mil e R\$69.955 mil, respectivamente.
- Em 23 de outubro de 2019: subscrição e integralização de 48.968.124 novas ações ordinárias, sendo 45.554.148 ações, ao preço de R\$5,58 e 3.413.976 ações ao preço de R\$5,42, totalizando R\$254.192 mil e R\$18.503 mil, respectivamente

Em linha com o CPC 15, a mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos ocorreu com base no valor

justo, o qual foi definido utilizando a metodologia apropriada para cada ativo avaliado. A Companhia avaliou os ativos considerando a abordagem de renda e o fluxo de caixa descontado. O processo de determinação do valor justo envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimento e capital de giro futuros e taxa de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da entidade, aprovado pela sua Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica da entidade, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de vinte e dois anos, de forma consistente com as técnicas de avaliação econômica e com avaliações realizadas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue: (a) receitas - as receitas foram projetadas para o período compreendido entre os anos de 2020 e 2041, considerando projeções de lançamentos e crescimento de vendas, andamento de obras e da base de clientes, incluindo os ajustes inflacionários sobre as contas a receber e dos serviços prestados; (b) custos e despesas operacionais - os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho de mercado, bem como com o crescimento histórico das receitas; (c) taxa de desconto em 9,90% em termos nominais para o negócio de loteamento urbano e (d) premissa de continuidade, em linha com o plano de negócios da entidade. As premissas-chave foram baseadas no desempenho de mercado das unidades de negócio e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções de instituições financeiras registradas no Banco Central do Brasil do mercado financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o teste de recuperação dos ágios da Companhia resultou na necessidade de reconhecimento de provisão para realização (“*impairment*”) no montante de R\$112.800, referente ao ágio na remensuração de investimento em coligada de AUSA (R\$127.429 em 2017).

Desde o final de 2017, em função do Patrimônio Líquido negativo de Alphaville, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação de 30% na Alphaville, o que consequentemente implicou no fim da consolidação de prejuízos em Gafisa devido aos resultados de Alphaville por meio de equivalência patrimonial. Sendo assim, apenas resultados positivos de Alphaville poderão afetar positivamente o resultado de Gafisa, salvo qualquer *impairment* do investimento.

Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou a conclusão da operação de desinvestimento de sua participação de 21,20% na Alphaville. O valor total da operação equivale a R\$100.000, liquidada por meio de compensação de créditos em R\$33.500 e entrega de ativos no montante de R\$66.500, mensurados a valor justo.

Como resultado desta transação, a Companhia efetuou a alocação do montante de R\$39.886 na rubrica de “Imóveis a Comercializar”, nas informações consolidadas e reconheceu no resultado o montante de R\$16.592 como ganho por compra vantajosa.

b) estrutura de capital



A tabela abaixo apresenta a capitalização total da Companhia, bem como a segregação de tal valor entre capital de terceiros e capital próprio (tanto em termos reais quanto em termos percentuais), para cada exercício social indicado:

	Exercício Social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(em Reais mil)		
Total capital de terceiros	1.656.745	2.003.089	2.118.734
Total capital próprio	895.144	493.191	759.404
Capitalização total	2.551.888	2.526.280	2.878.138
 Relação capital de terceiros sobre capitalização total	 64,92%	 80,48%	 73,61%
Relação capital próprio sobre capitalização total	35,08%	19,52%	26,39%

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$414.331 mil. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$316.347 mil e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 35,34%.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$137.160 mil. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$752.253 mil e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 152,5%.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$147.462 mil. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$957.436 mil e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 126,1%.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía dívida líquida de R\$316.347 mil, sendo que a posição de caixa e equivalentes de caixa correspondia a R\$414.331 mil, frente a uma dívida total de R\$730.678 mil, uma relação dívida líquida sobre patrimônio líquido de 35,34%.

Adicionalmente, a Companhia possuía o montante de R\$995.062 mil na forma de recebíveis imobiliários e R\$216.888 mil, de imóveis concluídos e não vendidos, a valor de mercado, frente a um montante de R\$208.231 mil de imóveis a pagar, e R\$271.047 mil de custos a incorrer. Ao considerar a soma do total de recebíveis e estoques concluídos e não vendidos, esta excede 1,52 vezes a soma da dívida líquida, imóveis a pagar e custos a incorrer.

Ademais, do montante de R\$730.678 mil correspondentes à dívida total da Companhia, R\$457.830 mil são relativos aos contratos de SFH, os quais têm o uso dos recursos para o financiamento à construção de empreendimentos imobiliários e contam com cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis imobiliários de cada empreendimento, que, em sua maioria, vencem na entrega do empreendimento. Desta forma, ao finalizá-los, os recursos advindos da quitação do saldo devedor pelos clientes são obrigatoriamente utilizados na amortização do saldo dos

contratos da Companhia. Do total do endividamento da Companhia, 62,6% são referentes a dívidas atreladas a projetos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía dívida líquida de R\$752.253 mil, sendo que a posição de caixa e equivalentes de caixa correspondia a R\$137.160 mil, frente a uma dívida total de R\$889.413 mil, uma relação dívida líquida sobre patrimônio líquido de 152,5%.

Adicionalmente, a Companhia possuía o montante de R\$1.214.163 mil na forma de recebíveis imobiliários e R\$460.570 mil, de imóveis concluídos e não vendidos, a valor de mercado, frente a um montante de R\$297.362 mil de imóveis a pagar, e R\$354.458 mil de custos a incorrer. Ao considerar a soma do total de recebíveis e estoques concluídos e não vendidos, esta excede 1,19 vezes a soma da dívida líquida, imóveis a pagar e custos a incorrer.

Ademais, do montante de R\$889.413 mil correspondentes à dívida total da Companhia, R\$528.140 mil são relativos aos contratos de SFH, os quais têm o uso dos recursos para o financiamento à construção de empreendimentos imobiliários e contam com cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis imobiliários de cada empreendimento, que, em sua maioria, vencem na entrega do empreendimento. Desta forma, ao finalizá-los, os recursos advindos da quitação do saldo devedor pelos clientes são obrigatoriamente utilizados na amortização do saldo dos contratos da Companhia. Do total do endividamento da Companhia, 59,4% são referentes a dívidas atreladas a projetos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía dívida líquida de R\$957.436 mil, sendo que a posição de caixa e equivalentes de caixa correspondia a R\$147.462 mil, frente a uma dívida total de R\$1.104.898 mil, uma relação dívida líquida sobre patrimônio líquido de 126,1%.

Adicionalmente, a Companhia possuía o montante de R\$1.328.417 mil na forma de recebíveis imobiliários e R\$359.601 mil, valor bruto considerando o impairment, de imóveis concluídos e não vendidos, representando R\$473.494 mil em VGV (Valor Geral de Vendas), frente a um montante de R\$245.086 mil de imóveis a pagar, e R\$405.064 mil de custos a incorrer. Ao considerar a soma do total de recebíveis e estoques concluídos e não vendidos, esta excede 1,05 vezes a soma da dívida líquida, imóveis a pagar e custos a incorrer.

Ademais, do montante de R\$1.104.898 mil correspondentes à dívida total da Companhia, R\$733.103 mil são relativos aos contratos de SFH, os quais têm o uso dos recursos para o financiamento à construção de empreendimentos imobiliários e contam com cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis imobiliários de cada empreendimento, que, em sua maioria, vencem na entrega do empreendimento. Desta forma, ao finalizá-los, os recursos advindos da quitação do saldo devedor pelos clientes são obrigatoriamente utilizados na amortização do saldo dos contratos da Companhia. Do total do endividamento da Companhia, 66,4% são referentes a dívidas atreladas a projetos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, nossas necessidades para capital de giro e investimentos vêm sendo financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros. Dessa forma, conforme nossas necessidades, realizamos captações no mercado de capitais local e/ou obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente às nossas necessidades de caixa. Apesar de não significativa, a necessidade de investimentos em ativos não circulantes, exceto investimentos em empreendimentos, é financiada pela própria geração de caixa ou utilização de fontes de financiamento de longo prazo.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui um nível de liquidez e perspectivas de geração de caixa que lhe permite gerir suas operações. Isto, no entanto, não exclui a possibilidade de se estruturar ou obter novas linhas para contratação de capital de giro de acordo com os instrumentos disponíveis e condições de mercado vigentes à época da contratação, conforme indicado nos itens 10.1.c e 10.1.d.

A Companhia realizou dois aumentos de capital que totalizaram R\$ 405 milhões.

Além disso, foi aprovada a contratação de instituição financeira para a estruturação da emissão de debêntures mandatórias, até o limite de USD 150 milhões, a ser oportunamente submetida à assembleia geral de acionistas da Gafisa para deliberação de eventual emissão. Os recursos captados com estas operações serão destinados à novos projetos, suportando a retomada de crescimento da Companhia.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os diretores da Companhia apresentam no quadro abaixo o montante total da dívida de qualquer natureza consolidada da Companhia, que é igual à somatória do total do Passivo circulante e do total do Passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Exercício Social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(em Reais mil)		
Total do passivo circulante	1.252.422	1.039.594	1.213.686
Total do passivo não circulante	404.323	993.495	905.048
Montante Total de Dívida de qualquer natureza	1.656.745	2.033.089	2.118.734

Abaixo, os diretores da Companhia apresentam algumas das principais características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Custo médio	Vencimentos	2019	2018	2017
Financiamento Projetos (SFH/SFI)	TR + 8,30% a 14,19% / 13,66% e 143% CDI	Abril/2019 a Julho/2021	457.830	528.140	733.103

Debêntures	CDI + 3,0% / X CDI + 3,75% / CDI + 5,25% / IPCA + 7,80%	Janeiro/2020 a Dezembro/2023	197.525	265.666	207.713
Capital de Giro	Pré 19,56% / CDI + 3,5% / CDI + 4,25% / CDI + 3,70%	Dezembro/2018 a Abril/2022	75.322	95.607	164.082
Endividamento total			730.678	889.413	1.104.898

Financiamento Projetos (SFH e SFI)

É representado pelos financiamentos tomados juntos aos bancos comerciais nacionais com o objetivo de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas e coligadas. Estes contratos possuem garantia real representada pela hipoteca do terreno e pela cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis e os recursos são liberados mediante a comprovação de evolução física e financeira de obras, iniciando o período de amortização após a conclusão da obra objeto do contrato. Durante o período de amortização do contrato, os recursos oriundos da quitação do saldo devedor dos clientes são utilizados para amortizar o montante da dívida.

Debêntures

O saldo em 31 de dezembro de 2019, refere-se à 10ª Emissão, 11ª Emissão, 12ª Emissão, 13ª e 14ª Emissão da Companhia, e o uso dos recursos destas emissões é para o reforço de capital de giro da Companhia e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários.

O saldo em 31 de dezembro de 2018, refere-se à 10ª Emissão, 11ª Emissão, 12ª Emissão e 13ª Emissão da Companhia, e o uso dos recursos destas emissões é para o reforço de capital de giro da Companhia e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários.

O saldo em 31 de dezembro de 2017, refere-se à 9ª Emissão, 10ª Emissão e 11ª Emissão da Companhia, e o uso dos recursos destas emissões é para o reforço de capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários. Em linha com a estratégia de risco da Companhia, a 9ª Emissão da Companhia foi vinculada à contratação de instrumento de proteção (*hedge*) para mitigar o risco de uma taxa CDI + para percentual do CDI, com o objetivo de equalizar a remuneração da dívida frente à aplicação dos recursos disponíveis pela Tesouraria. Para maiores informações acerca destas emissões, favor consultar o item 18.5 do Formulário de Referência.

Capital de Giro

É composto pelas Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e outros instrumentos bancários que configuram dívida da companhia e tem o seu recurso direcionado ao capital de giro da companhia. Estes instrumentos podem possuir garantias reais ou fidejussórias e contam com cláusulas restritivas (*covenants*) cujo não cumprimento podem ensejar o vencimento antecipado das obrigações.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras que já não foram destacadas neste item.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 as dívidas da Companhia, contratadas na forma de financiamentos e empréstimos junto às instituições financeiras, podem ser segregadas, de acordo com a natureza de suas garantias, conforme abaixo:

	Exercício Social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(em Reais mil)		
Total dívida com Garantia Real	606.840	689.461	945.831
Total dívida com Garantia Flutuante	38.038	49.299	71.011
Total dívida Quirografária	85.800	150.653	88.056
Endividamento total	730.678	889.413	1.104.898

*Saldo a desembolsar condicionado ao andamento de obra

As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real e garantia fluante contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Assim, em caso de concurso de credores, (i) as dívidas com garantia real têm prioridade para recebimento sobre as demais dívidas da Companhia, até o limite do valor do bem gravado, e (ii) as dívidas com garantia fluante preferem às dívidas quirografárias.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo com essas restrições

A Companhia é signatária de contratos que estabelecem limites mínimos e máximos sobre temas específicos além de restringir a Companhia na tomada de algumas ações. O descumprimento dos índices acordados ou a não observância das restrições estabelecidas podem acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Os principais pontos de restrição dos instrumentos financeiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, estão abaixo destacados:

- pedido de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial;
- ocorrência de alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), que implique em rebaixamento da classificação de risco (rating) abaixo de classificação vigente no momento da emissão ou classificação de risco equivalente em escala nacional pelas principais agências classificadoras de risco;

- pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, quando estiver em mora com as emissões vigentes na declaração do evento, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- decretação de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Companhia e/ou das suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional;
- alteração ou modificação do objeto social da Companhia que faça com que a Companhia deixe de atuar como incorporadora e construtora imobiliária;
- transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- cisão, fusão ou incorporação da Companhia por outra sociedade, salvo se tal alteração societária for previamente aprovada pelos detentores dos títulos de dívidas ou for lhes garantido o direito de retirada;
- redução de capital social da Companhia que resulte em capital social inferior a 95% (noventa e cinco por cento) do capital social da existente, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado pelos detentores dos títulos de dívidas;
- alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição pela Companhia de ativos permanentes de valor equivalente conforme de definidos nas escrituras e contratos e que possa afetar sua capacidade financeira.

As restrições descritas acima podem não se aplicar integralmente a todos os contratos em vigor nesta data, podendo estabelecer limites distintos para cada contrato.

A Companhia também se comprometeu a manter os seguintes indicadores financeiros dentro dos limites estabelecidos. As fórmulas e os limites máximo e mínimo, bem como suas referências são apresentados a seguir:

	Em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Nona emissão			
Total de contas a receber mais total de estoques deve ser menor que zero ou maior que 2,0 vezes a dívida líquida.	-	-	2,77 vezes
Dívida líquida, não deve exceder 100% do patrimônio líquido mais participações de acionistas não controladores.	-	-	126,08%
Décima emissão			
Total de contas a receber mais estoques deve ser menor que zero ou maior que 2,0 vezes a dívida líquida menos dívida de projetos ⁽³⁾ .	-14,62 vezes	10,63 vezes	11,83 vezes
Dívida total, menos dívida de projetos ⁽³⁾ , menos disponibilidades ⁽¹⁾ , não deve exceder a 75% do patrimônio líquido mais participações de acionistas não controladores.	-15,81%	45,44%	29,54%

CCBs e Outros Instrumentos

Total de contas a receber mais estoques deve ser menor que zero ou maior que 2,0 vezes a dívida de projetos ⁽³⁾	-	3,17 vezes	2,77 vezes
Dívida líquida, não deve exceder 100% do patrimônio líquido mais participações de acionistas não controladores. ⁽⁴⁾	-	152,53%	126,08%
Total de contas a receber mais estoques de unidades concluídas deve ser menor que zero ou maior que 2,0 vezes a dívida líquida menos dívida de projetos.	-9,04 vezes	7,09 vezes	7,51 vezes
Dívida total, menos dívida de projetos, menos disponibilidades ⁽¹⁾ , não deve exceder 75% do patrimônio líquido mais participações de acionistas não controladores.	-15,81%	45,44%	29,54%
Total de recebíveis mais receita a apropriar mais total de estoques concluídos deve ser maior que	3,79 vezes	1,81 vezes	1,93 vezes

1,5 vezes a dívida líquida mais imóveis a pagar mais custo a apropriar

(1) Disponibilidades referem-se a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

(2) Total de recebíveis, sempre quando mencionado, refere-se ao montante refletido no Balanço Patrimonial acrescidos da parcela não demonstrada no Balanço Patrimonial.

(3) Dívida de projetos e dívida com garantia real refere-se às dívidas SFH, assim definidas como a somatória de todos os contratos de empréstimos desembolsados cujos recursos sejam oriundos do SFH, bem como a dívida referente à sétima emissão.

(4) Limpa o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2018, o limite de cláusula é de 100%, conforme waiver obtido junto ao credor.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, com cláusulas restritivas (“covenants”), relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento capitalização, cobertura de dívidas, manutenção de composição acionária e outros. O descumprimento de tais obrigações pela Companhia poderá gerar o vencimento antecipado de suas dívidas e/ou a aceleração de outras dívidas da Companhia, inclusive em razão do exercício de eventuais cláusulas de vencimento cruzado (cross default ou cross acceleration), podendo impactar negativamente os resultados da Companhia e o valor de suas ações. Essas cláusulas restritivas estão sendo observadas pela Companhia e não restringem a sua capacidade de condução normal de seus negócios.

Conforme mencionado na Nota explicativa 12 das demonstrações financeiras, devido ao não cumprimento dos covenants de uma emissão de CCB, as parcelas não circulantes desta operação foram reclassificadas para o curto prazo. Esta operação foi liquidada em 28 de fevereiro de 2019. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas restritivas para as operações de debêntures na data de emissão dessas demonstrações financeiras.

Em 31 de março de 2019 a Companhia cumpriu todos os covenants tanto dos empréstimos e financiamentos quanto das debêntures.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, os financiamentos à construção contratados pela Companhia junto às instituições nacionais julgadas pela empresa como de primeira linha no âmbito do SFH possuem seus recursos destinados exclusivamente para utilização nas obras dos respectivos empreendimentos. Os recursos contratados são liberados à Companhia conforme avanço físico-financeiro das obras. Além disso, a Companhia utilizou de outras fontes de financiamentos, como debêntures, Sistema de

Financiamento Imobiliário e Cédulas de Créditos Bancários, liberados à Companhia no momento da contratação.

Dívida	Saldo
Debênture	197.525
CCBs	457.830
SFH/SFI	75.323
TOTAL	730.678

10.2. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

a) resultados das operações da Companhia

Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera suas receitas principalmente a partir da incorporação e venda de empreendimentos imobiliários. Em menor escala, a Companhia também gera receitas a partir de serviços imobiliários tais como administração de construção, gerência técnica e imobiliária, a qual presta a terceiros.

	2019	2018	2017
Incorporação, venda de imóveis e prestação de serviços de construção	390.032	1.006.317	647.781
(Constituição) reversão de provisão para devedores duvidosos e distratos	47.257	41.828	187.283
Impostos sobre vendas de imóveis e serviços	(36.824)	(87.254)	(48.890)
Total receita líquida	400.465	960.891	786.174

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida apresentou um decréscimo de 58,3% em relação a 2018, devido principalmente aos seguintes itens: (i) menor volume operacional; (ii) menor velocidade de vendas de estoque, que apresenta maior contribuição ao nível de receita e, (iii) resultado do momento de mercado na precificação dos ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 22,2% em relação a 2017, devido principalmente aos seguintes itens: (i) maior volume de vendas e (ii) evolução de obras no período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida apresentou um decréscimo de 14,1% em relação a 2016, devido principalmente aos seguintes itens: (i) mix de vendas líquidas do período, com concentração de vendas em produtos mais recentes, com menor evolução de obra e, conseqüentemente, menor capacidade de receita, (ii) volume alto de distratos e (iii) ajustes de precificação das unidades vendidas em função do momento de mercado.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia reconhece as receitas resultantes de empreendimentos imobiliários em função de suas construções, com base em uma mensuração financeira de conclusão dos empreendimentos e

não à época da celebração dos contratos de venda. Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2019, 2018 e 2017 são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas, introdução de novos produtos e serviços da Companhia e revisão detalhada das operações da Companhia e de sua estratégia de atuação.

A redução de 58,3% do montante de receita líquida em 2019, em relação ao exercício de 2018, deve-se principalmente a: (i) menor volume operacional; (ii) menor velocidade de vendas de estoque, que apresenta maior contribuição ao nível de receita e, (iii) resultado do momento de mercado na precificação dos ativos.

O crescimento de 22,2% do montante de receita líquida em 2018, em relação ao exercício de 2017, deve-se principalmente: (i) ao maior volume de vendas e (ii) a evolução de obras no período.

A redução de 14,1% do montante de receita líquida em 2017, em relação ao exercício de 2016, deve-se principalmente a: (i) mix de vendas líquidas do período, com concentração de vendas em produtos mais recentes, com menor evolução de obra e, conseqüentemente, menor capacidade de receita, (ii) volume alto de distratos e (iii) ajustes de precificação das unidades vendidas em função do momento de mercado.

R\$'000	2019	2018	2017	2019 vs. 2018	2018 vs. 2017	2017 vs. 2016
Vendas Contratadas	201.832	813.172	720.164	-75,2%	12,9%	-11,1%
Lançamentos	-	728.670	553.954	-100,0%	31,5%	-39,8%
Receita Líquida	460.465	960.891	786.174	-53,8%	22,2%	-14,1%

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Conforme mencionado no item 5.1 do Formulário de Referência, as principais taxas indexadoras presentes no plano de negócios da Companhia são o INCC, IGP-M, CDI e TR:

INCC: a maior parte dos custos da Companhia, e toda a sua carteira de recebimentos de projetos não finalizados são atualizados por este índice. Hipoteticamente, um aumento de 1% no INCC representaria um incremento de R\$9.951 mil nas receitas operacionais da Companhia com base no atual nível de ativos atrelados a este índice.

IGP-M e IPCA: toda a carteira de recebimentos de projetos finalizados pela Companhia é atualizada por estes índices. Hipoteticamente, um aumento de 1% no IGP-M ou no IPCA não representaria uma variação significativa nas receitas operacionais da Companhia com base no atual nível de ativos atrelados a estes índices.

CDI: Todas as aplicações financeiras da Companhia e aproximadamente 45,71% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI. Hipoteticamente, um aumento de 1% no CDI representaria um decréscimo de R\$3.186mil no resultado financeiro da Companhia com base no atual nível de endividamento atrelado a este índice.

TR: Aproximadamente 59,6% do endividamento total está atrelado à TR. Hipoteticamente, um aumento de 1% na TR representaria um decréscimo de R\$2.565 mil no resultado financeiro da Companhia com base no atual nível de endividamento atrelado a este índice.

Taxas de câmbio: A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira e nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

10.3. EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

<i>a) introdução ou alienação de segmento operacional</i>
Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2019 não houve introdução ou alienação de segmento operacional de forma a promover impacto nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.
<i>b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária</i>
<p><u>Separação de Gafisa e Tenda em duas companhias abertas e independentes</u></p> <p>Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia anunciou o início de estudos para uma potencial separação das unidades de negócio Gafisa e Tenda em duas companhias abertas e independentes. A avaliação da Companhia era de que a separação seria o próximo passo dentro de um amplo plano da Administração com o intuito final de aprimorar e reforçar a capacidade de geração de valor de ambas as unidades de negócios.</p> <p>Conforme Fato Relevante divulgado em 14 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a Jaguar Growth Asset Management, LLC (“Jaguar”), tendo por objeto a aquisição de até 30% das ações de emissão da Tenda, ao preço de R\$8,13 por ação, representando, no contexto da transação, um recebimento de caixa para Gafisa de R\$231,7 milhões, com uma avaliação total de R\$539,0 milhões para a integralidade do capital social da Tenda.</p> <p>A concretização da referida transação estava sujeita à verificação de determinadas condições precedentes, que incluíam:</p> <p>(i) a redução do capital social de Tenda, sem o cancelamento de ações, com restituição, à Gafisa, sua única acionista à época, de R\$100,0 milhões, corrigidos com base na taxa SELIC, sendo (a) R\$50,0 milhões com liquidação até 31 de dezembro de 2018; e (b) o saldo, a ser pago até 31 de dezembro de 2019, com a possibilidade de antecipação em função de determinados covenants financeiros;</p> <p>(ii) a redução do capital social de Gafisa com efeito de distribuição, aos seus acionistas, de ações correspondentes a 50% do capital social de Tenda (“Redução de Capital Gafisa”); e</p> <p>(iii) a conclusão do procedimento relacionado ao exercício, pelos acionistas de Gafisa, do direito de preferência para a aquisição das ações, pelo preço por ação referenciado na operação, observando-se que a Gafisa ofereceu, neste contexto, aos seus acionistas, 50% das ações representativas do capital social de Tenda de sua propriedade, e não apenas os 30% objeto da oferta recebida da Jaguar, dada a sua decisão de alienar tais ações, ainda que em múltiplas operações (“Direito de Preferência”).</p>



O prazo de oposição de credores da Redução de Capital Gafisa se encerrou em 22 de abril de 2017 sem qualquer oposição e a Redução de Capital Gafisa foi efetivada mediante a entrega aos acionistas da Companhia, a título de reembolso do capital reduzido, de 1 ação ordinária da Tenda para cada 1 ação ordinária de Gafisa de sua titularidade, excluídas as ações em tesouraria. No que tange o Direito de Preferência, os acionistas adquiriram a totalidade das ações destinadas ao Direito de Preferência, não restando quaisquer ações disponíveis para aquisição da Jaguar. Assim, as ações representantes de 50% do capital social da Tenda foram entregues aos acionistas que exerceram o Direito de Preferência e o contrato celebrado com a Jaguar foi rescindido. Com isso, a operação de separação entre Gafisa e Tenda foi finalizada em 4 de maio de 2017 com a entrega efetiva da totalidade das ações representativas do capital da Tenda nos respectivos processos de Redução de Capital Gafisa e do Direito de Preferência. Nesta mesma data se iniciou a listagem e as ações da Tenda foram admitidas à negociação no segmento tradicional da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (nova denominação da BM&FBovespa).

No dia 27 de dezembro de 2019 a Companhia anunciou a conclusão da operação relativa ao desinvestimento da participação de 21,20% da Companhia na Alphaville Urbanismo S.A., Private Equity AE Investimentos e Participações S.A. (“PEAE”), objeto de Fato Relevante divulgado em 21 de outubro de 2019. O valor total da operação de venda e resgate das ações detidas pela Gafisa equivaleu a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), pago por meio de compensação de créditos e entrega de ativos.

c) eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir do 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas estão vigentes:

A IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48) inclui, entre outros, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas prospectivas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. Com base na sua avaliação, a Companhia concluiu que os novos requerimentos de classificação não tiveram um impacto significativo na contabilização de ativos financeiros mensurados a valor justo. Adicionalmente, de acordo com o CPC 48, as perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: perdas de créditos esperadas para 12 meses; e perdas de crédito esperadas para a vida inteira. Deste modo, a Companhia efetuou a mensuração da provisão referente às perdas de créditos esperadas para os contratos vendidos, a qual é registrada juntamente com o reconhecimento das respectivas receitas.

(ii) A IFRS 15 – Receita de contrato com clientes (CPC 47) traz novos requisitos para a mensuração e o momento de reconhecimento de receita. Para o caso específico do setor de incorporação imobiliária, a

manutenção do método de reconhecimento de receitas denominado POC ou adoção do método das chaves, por exemplo, decorrerá das análises contratuais efetuadas pela Administração. O Ofício CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018, emitido pela área técnica da CVM, estabeleceu procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidades não concluídas nas entidades de incorporação imobiliárias brasileiras. Deste modo, a Companhia efetuou a mensuração de provisão para contratos com identificação de riscos de entrada de fluxo de caixa para a entidade.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para fins de comparabilidade, os saldos correspondentes de 31 de dezembro de 2017 e o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2017 foram ajustados considerando as referidas mudanças de prática contábil. Conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, os efeitos retrospectivos da adoção dos CPCs 47 e 48 são demonstrados conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados	Impacto da aplicação dos CPCs 47 e 48	Saldos após aplicação do CPCs 47 e 48 em 31/12/2017	Saldos originalmente apresentados	Impacto da aplicação dos CPCs 47 e 48	Saldos após aplicação do CPCs 47 e 48 em 31/12/2017
Balanco patrimonial						
Ativo						
Contas a receber de incorporação e serviços prestados	371.228	(109.876)	261.352	484.761	(109.876)	374.885
Imóveis a comercializar	753.748	108.097	861.845	882.189	108.097	990.286
Outros ativos circulantes	244.536	-	244.536	365.975	-	365.975
Total ativo circulante	1.369.512	(1.779)	1.367.733	1.732.925	(1.779)	1.731.146
Total ativo não circulante	2.169.397	-	2.169.397	1.145.213	-	1.145.213
Total do Ativo	3.538.909	(1.779)	3.537.130	2.878.138	(1.779)	2.876.359
Passivo						
Total do passivo circulante	1.984.597	42.556	2.027.153	1.213.686	42.556	1.256.242
Total do passivo não circulante	798.755	-	798.755	905.048	-	905.048
Total do patrimônio líquido	755.557	(44.335)	711.222	759.404	(44.335)	715.069
Total do passivo e patrimônio líquido	3.538.909	(1.779)	3.537.130	2.878.138	(1.779)	2.876.359
Demonstração do resultado						
Receita operacional líquida	439.264	177.351	616.615	608.823	177.351	786.174
Custos operacionais	(632.546)	(87.735)	(720.281)	(818.751)	(87.735)	(906.486)
(Despesas) / receitas operacionais	(660.684)	-	(660.684)	(654.216)	-	(654.216)
Resultado financeiro	(119.997)	-	(119.997)	(107.268)	-	(107.268)
Imposto de renda e contribuição social	25.932	-	25.932	23.100	-	23.100
Resultado de operação continuada	(948.031)	89.616	(858.415)	(948.312)	89.616	(858.696)
Resultado de operação descontinuada	98.175	-	98.175	98.175	-	98.175
Acionistas não controladores	-	-	-	(281)	-	(281)
Resultado líquido do exercício	(849.856)	89.616	(760.240)	(849.856)	89.616	(760.240)
Fluxo de caixa						
Atividades operacionais	136.752	-	136.752	206.865	-	206.865
Atividades de financiamento	346.345	-	346.345	445.448	-	445.448
Atividades de investimento	(495.447)	-	(495.447)	(528.609)	-	(528.609)
Demonstração do valor adicionado						
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(277.233)	89.616	(187.617)	(276.907)	89.616	(187.291)
Valor adicionado recebido em transferência	(230.243)	-	(230.243)	(175.130)	-	(175.130)
Valor adicionado total a distribuir	(507.476)	89.616	(417.860)	(452.037)	89.616	(362.421)

Conciliação do balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2017:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados	Impacto da aplicação dos CPCs 47 e 48	Saldos após aplicação do CPCs 47 e 48 em 01/01/2017	Saldos originalmente apresentados	Impacto da aplicação dos CPCs 47 e 48	Saldos após aplicação do CPCs 47 e 48 em 01/01/2017
Balanço patrimonial						
Ativo						
Contas a receber de incorporação e serviços prestados	524.337	(310.802)	213.535	722.640	(310.802)	411.838
Imóveis a comercializar	870.201	195.831	1.066.032	1.122.724	195.831	1.318.555
Outros ativos circulantes	713.268	-	713.268	1.554.836	-	1.554.836
Total ativo circulante	2.107.806	(114.971)	1.992.835	3.400.200	(114.971)	3.285.229
Total ativo não circulante	3.117.570	-	3.117.570	1.809.889	-	1.809.889
Total do ativo	5.225.376	(114.971)	5.110.405	5.210.089	(114.971)	5.095.118
Passivo						
Total do passivo circulante	2.458.597	18.980	2.477.577	2.275.550	18.980	2.294.530
Total do passivo não circulante	838.454	-	838.454	1.004.086	-	1.004.086
Total do patrimônio líquido	1.928.325	(133.951)	1.794.374	1.930.453	(133.951)	1.796.502
Total do passivo e patrimônio líquido	5.225.376	(114.971)	5.110.405	5.210.089	(114.971)	5.095.118

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 contém ênfase relacionada ao fato de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram, adicionalmente, a Orientação OCPC04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias. A opinião dos auditores independentes não está modificada em função desse assunto.

A Administração da Companhia entende que tal parágrafo de ênfase é padronizado entre as empresas de auditorias e alinhado com as entidades do setor de incorporação imobiliária e órgãos reguladores em função da aplicação da Orientação OCPC04, em adição às normas de internacionais de relatório financeiro (IFRS) e não possuem comentários adicionais às ênfases em questão. Os auditores reforçaram ainda que a opinião deles não está modificada em função deste assunto.

A Administração da Companhia não possui comentários às ressalvas dos auditores, tendo em visto não ter havido quaisquer ressalvas no parecer dos auditores independentes sobre a elaboração das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS DA COMPANHIA:

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos

emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

Especificamente, as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, incluindo a Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras, no que diz respeito ao tratamento do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle das unidades imobiliárias vendidas. Os diretores entendem que a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Nesse sentido, os Diretores da Companhia entendem que as políticas contábeis críticas, aquelas caso alterado, acarretaria alteração contábil relevante, estão descritas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura é efetuado anualmente e/ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 9 das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a ser liquidado com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para as

transações baseadas em ações com liquidação em dinheiro, o passivo precisa ser remensurado ao final de cada período de divulgação até a data de liquidação, reconhecendo no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada período de divulgação. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 18.3 das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis (Nota 16). A provisão é considerada quando da prolação da sentença condenatória. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cíveis, tributárias e trabalhistas.

Provisão para perdas esperadas em créditos

A Companhia constitui provisão para perda esperada de crédito para todos os contratos de venda de unidades imobiliárias, e os valores são provisionados em contraposição ao reconhecimento das respectivas receitas de incorporação, com base em dados históricos de suas operações correntes e suas estimativas. Tal análise é realizada individualmente por contrato de venda, em linha com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, item 5.5.17 (c) das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Tais premissas são revisadas anualmente para considerar eventuais alterações nas circunstâncias e históricos.

Provisão para garantia

A mensuração da provisão para garantia, para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia, é efetuada com base em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura, a qual é regularmente revisada.

f) Custos orçados dos empreendimentos

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o resultado.

g) Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total ou parcial.

h) Provisão para distratos

A Companhia constitui provisão para distratos quando identifica riscos de entrada de fluxos de caixa. Os contratos são monitorados para identificar o momento em que essas condições são mitigadas. Enquanto isso não ocorrer, nenhuma receita ou custo é reconhecido no resultado, ocorrendo os registros somente em contas patrimoniais.

10.6. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nesse Formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7. COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme explanado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e propósito da operação

Conforme explanado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme explanado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. PLANO DE NEGÓCIOS:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os desembolsos da Companhia ao longo de 2018 estavam principalmente relacionados aos investimentos em bens, *stands* de vendas, *softwares*, e benfeitorias, no valor de R\$12,5 milhões frente a R\$20,5 milhões em 2017.

Os desembolsos da Companhia ao longo de 2017 estavam principalmente relacionados aos investimentos em bens, *stands* de vendas, *softwares*, e benfeitorias, no valor de R\$20,5 milhões frente a R\$35,8 milhões em 2016.

Os desembolsos da Companhia ao longo de 2016 estavam principalmente relacionados aos investimentos em bens, *stands* de vendas, *softwares*, e benfeitorias, no valor de R\$35,8 milhões frente a R\$34,3 milhões em 2015.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com os recursos provenientes da alienação de ações de tesouraria, captações já mencionadas de *equity*, dívidas corporativas, debêntures e linhas decorrentes do SFH.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços

Não há novos produtos ou serviços.



10.9. OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

** ** *



ANEXO II – INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(conforme item 13 do Anexo 24 da ICVM 480)

13.1. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO, INCLUSIVE DA DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada e locais onde pode ser consultada

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários e os membros do Conselho Fiscal, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e alinha diretamente os interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia.

No caso dos Diretores, a existência da prática de remuneração variável de curto prazo e de incentivos de longo prazo (neste último caso, na forma de outorga de opções de compra de ações) permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

A nossa política é estruturada pela Diretoria e pelo Comitê de Remuneração e Governança, sendo posteriormente referendada pelo Conselho de Administração, embora não seja formalizada em documento específico divulgado pela Companhia.

b) composição da remuneração, indicando:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com o padrão de mercado e visa a atração e retenção de profissionais que contribuam de forma efetiva para os resultados da empresa.

b) Diretoria

Os membros da Diretoria estatutária e não estatutária fazem jus à remuneração fixa e variável de curto prazo, além de incentivos de longo prazo, na forma de programas de opção de compra de ações da Companhia. Os valores pagos a título de remuneração fixa ficam próximos à mediana dos padrões de mercado. A parcela variável tem significativa representatividade na remuneração total, o que faz com que os Diretores compartilhem o risco e o resultado com a Companhia, permitindo maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas.

O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas estipuladas para o período forem alcançadas. Da mesma forma, os incentivos de longo prazo, baseados em opção de compra de ações, visam recompensar o resultado de um período mais

longo (geralmente acima de 2 anos). Esta política visa alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas.

Adicionalmente à remuneração fixa e variável, a Companhia oferece a seus diretores os benefícios de assistência médica, vale refeição e seguro de vida, os quais são estabelecidos de acordo com o padrão de mercado.

É importante ressaltar que a Companhia possui um Comitê de Remuneração que analisa a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada, os modelos de outorga de opções de compra de ações e as indicações dos beneficiários correspondentes, para serem aprovados posteriormente pelo Conselho de Administração.

c) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se instalado, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias para o desempenho da função, fazem jus à remuneração fixa baseada no mínimo legal.

d) Comitês

Os membros presidentes dos Comitês Estatutários da Companhia são administradores, e recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No caso do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, nos três últimos exercícios sociais, a remuneração fixa correspondeu a 100% da remuneração total, conforme mencionado anteriormente – tanto na premissa quanto no realizado.

No caso da Diretoria estatutária, a remuneração fixa, em premissa, corresponderia a aproximadamente 40% da remuneração total, em média. Na parcela referente aos incentivos variáveis, os programas de opção de compra de ações e *phantom shares* (longo prazo) representariam aproximadamente 50% e a parte relacionada ao bônus (curto prazo) representaria aproximadamente os outros 50% - neste caso, tanto para a Diretoria estatutária quanto para a não estatutária.

Os percentuais dos incentivos variáveis podem ser modificados em função de mudanças nos resultados obtidos pela Companhia no período, dado ao componente de compartilhamento de riscos e resultados inerente a esta na parcela. Assim, para os três últimos exercícios, em relação ao realizado e de acordo com as tabelas apresentadas a seguir, os percentuais aferidos foram, em 2017, fixo de 57% e variável 43% (bônus de longo prazo representando 100% da parcela variável, já que não houve pagamento de bônus para este ano) e, em 2018, fixo de 93% e variável 7% (bônus de longo prazo representando 100% da parcela variável, já que não houve pagamento de bônus para este ano). Para o ano de 2019 não houve o pagamento de um bônus vinculado a metas previamente definidas. Entretanto os membros do comitê de remuneração aprovaram um prêmio para dirigentes que performaram de forma superior àquela ordinariamente esperada nas suas funções corporativas. Lembrando que os valores apresentados para incentivos de longo prazo representam custos contábeis aferidos e não ganhos efetivos oriundos destes programas.

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de realização de reajuste em algum dos componentes. As pesquisas

<p>compreendem todos os cargos da estrutura da Companhia e englobam empresas que podem ou não ser do mesmo segmento e que possuam todas ou algumas das seguintes características: porte similar ao da Companhia, capital aberto, capital nacional, alto nível de governança corporativa e boas práticas de remuneração e recursos humanos.</p> <p>iv) razões que justificam a composição da remuneração</p> <p>A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto como de longo prazo), o que é parte de sua política de compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos.</p> <p>v) existência de membros não remunerados e razão para esse fato</p> <p>Não há membros não remunerados no Conselho de Administração, na Diretoria Estatutária e no Conselho Fiscal. No Conselho de Administração, os membros que cumulam cargo na Diretoria Estatutária, recebem somente pela posição na diretoria.</p>
<p>c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração</p>
<p>Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração a performance do empregado e suas metas individuais, de acordo com o que foi alcançado em comparação com o proposto e acordado para o ano. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no Score Card da Companhia, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período. como por exemplo, geração de caixa, volume de vendas, entre outros.</p>
<p>d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho</p>
<p>Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como bônus e a quantidade de opções outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.</p>
<p>e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia</p>
<p>A prática adotada pela Companhia com relação aos componentes da remuneração total está diretamente alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos da Companhia: a remuneração fixa reflete uma compensação de acordo com o praticado pelo mercado neste item e como o ciclo do segmento é de médio e longo prazos, entende-se que a concessão de parcela expressiva da remuneração e incentivos variáveis deva se remeter a esses períodos, estando totalmente de acordo com o acompanhamento da performance da Companhia e, portanto, reafirmando o compartilhamento do risco e do resultado entre o executivo e a Companhia.</p>
<p>f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos</p>
<p>Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.</p>

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia
Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.
h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
<p>i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam</p> <p>A Diretoria e o Comitê de Remuneração e Governança, reúnem-se periodicamente para estruturar a remuneração, realizando ao final sua indicação para a decisão final pelo Conselho de Administração.</p> <p>ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos</p> <p>A área de Recursos Humanos da Companhia realiza pesquisas salariais com empresas especializadas em planos e estrutura de cargos e remuneração, cujos critérios e resultados são discutidos com o Comitê de Remuneração e Governança, tomando por base o equilíbrio entre os cargos e a equidade interna, bem como os objetivos da política de remuneração.</p> <p>iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor</p> <p>O Conselho de Administração, através do Comitê de Remuneração e Governança, avalia a adequação da política de remuneração sempre que demandado pela área de Recursos Humanos ou, através desta, pelos demais membros da Diretoria Estatutária. A avaliação é feita em reuniões específicas, nas quais são discutidas as informações individuais de cada administrador e o comparativo com os resultados das pesquisas de mercado.</p>

13.2. REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

Remuneração total prevista do para o Exercício Social a se encerrar em 31/12/2020 – Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	7,67	7,25	0	14,92
Nº de Membros Remunerados	7,67	7,25	0	14,92
Remuneração Fixa Anual	833.333,33	13.793.646,11	0	14. 626.979
-Salário ou Pro Labore	833.333,33	5.028.713,15	0	5.865.046,48
-Benefícios direto e indireto	N/A	300.000,00	N/A	300.00,00
-Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
-Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável	N/A	N/A	N/A	N/A
-Bônus	N/A	8.764.932,96	N/A	8.764.932,96
-Participação de Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
-Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
-Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
-Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós Emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A

Baseada em Ações, incluindo Opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Observação	1.Nº de membros: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. 2.Salário ou pró-labore: Os valores apresentados como <i>pro-labore</i> não contemplam encargos sociais. 3.Total da remuneração: As informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas referem-se ao <i>pro-labore</i> e benefícios (quando aplicáveis) do Conselho de Administração. 4. Nota: o volume global a que faz referência esta tabela é a soma dos montantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.	1.Nº de membros: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. 2.Salário ou pró-labore: Os valores apresentados como <i>pro-labore</i> não contemplam encargos sociais. 3.Total da remuneração: As informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas referem-se ao <i>pro-labore</i> e benefícios (quando aplicáveis) da Diretoria Estatutária. 4. Nota: o volume global a que faz referência esta tabela é a soma dos montantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária .		
Total da Remuneração	833.333,33	13.793.646,11	0	14. 626 .979,44

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2019 – Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	8,00	2,5	2	12,5
Nº de Membros Remunerados	8,00	2,5	2	12,5
Remuneração Fixa Anual	515.114,00	2.127.947,98	103.604,96	2.746.667
-Salário ou Pro Labore	387.703,02	1.764.667,88	66.431,49	2.218.802,40
-Benefícios direto e indireto	0	10.346,52	0	10.346,52
-Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
-Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	127.410,98	352.933,58	37.173,47	517.518,03
Remuneração Variável	0	0	0	0
-Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
-Participação de Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
-Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
-Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
-Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós Emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações, incluindo Opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Observação	1.Nº de membros: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. 2.Salário ou pró-labore: Os valores apresentados como <i>pro-labore</i> não	1.Nº de membros: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. 2.Salário ou pró-labore: Os valores apresentados como <i>pro-labore</i> não		

	contemplam encargos sociais. 3.Total da remuneração: As informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas referem-se ao <i>pro-labore</i> e benefícios (quando aplicáveis) do Conselho de Administração. 4. Nota: o volume global a que faz referência esta tabela é a soma dos montantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.	contemplam encargos sociais. 3.Total da remuneração: As informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas referem-se ao <i>pro-labore</i> e benefícios (quando aplicáveis) da Diretoria Estatutária. 4. Nota: o volume global a que faz referência esta tabela é a soma dos montantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.		
Total da Remuneração	515.114,00	2.138.294,50	103.604,96	2.757.013,46

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 – Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	5,50	5,00	2,83	13,33
Nº de Membros Remunerados	5,50	5,00	2,83	13,33
Remuneração Fixa Anual				
-Salário ou Pro Labore	1.263.929	3.576.005	183.298	5.023.232
-Benefícios direto e indireto	N/A	151.346	N/A	151.346
-Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
-Outros	252.786	715.201	36.660	1.004.647
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhimento de contribuição ao INSS (ônus do empregador)	Recolhimento de contribuição ao INSS (ônus do empregador)	N/A	N/A
Remuneração Variável				
-Bônus	N/A	340.618,58	N/A	340.618,58
-Participação de Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
-Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
-Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
-Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós Emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações, incluindo Opções	N/A	10.455.699,26	N/A	10.455.699,26
Observação	1.Nº de membros: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. 2.Salário ou pró-labore: Os valores apresentados como <i>pro-labore</i> não contemplam encargos sociais. 3.Total da remuneração: As informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas referem-se ao <i>pro-labore</i> e benefícios (quando aplicáveis) do Conselho de Administração. 4. Nota: o volume global a que faz referência esta tabela é a soma dos montantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (R\$ 6.299.885,58).	1.Nº de membros: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. 2.Salário ou pró-labore: Os valores apresentados como <i>pro-labore</i> não contemplam encargos sociais. 3.Baseada em ações: Os valores apresentados como remuneração baseada em ações passam a refletir o custo contábil potencial total da outorga em aprovação para o ano de 2018 à Diretoria Estatutária, a ser contabilizado durante o período de carência (4 anos) de acordo com os modelos de precificação Monte Carlo. 4.Total da remuneração: As informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas referem-se ao <i>pro-labore</i> e benefícios (quando aplicáveis) da Diretoria Estatutária. 5. Nota: o volume global a que faz referência esta tabela é a soma dos		

		montantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (R\$ 6.299.885,58).		
Total da Remuneração	1.516.715	4.783.170,58	219.958	6.519.843,58

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 – Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	7,00	5,17	3,00	15,17
Nº de Membros Remunerados	7,00	5,17	3,00	15,17
Remuneração Fixa Anual				
-Salário ou Pro Labore	1.693.044,00	3.460.390,81	202.500,00	5.355.934,81
-Benefícios direto e indireto	N/A	203.387,15	N/A	203.387,15
-Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
-Outros	338.608,80	692.078,16	40.500,00	1.071.186,96
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhimento de contribuição ao INSS (ônus do empregador)	Recolhimento de contribuição ao INSS (ônus do empregador)	Recolhimento de contribuição ao INSS (ônus do empregador)	
Remuneração Variável				
-Bônus	N/A	0	N/A	0
-Participação de Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
-Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
-Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
-Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós Emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações, incluindo Opções	N/A	3.317.144,72	N/A	3.317.144,72
Observação	<p>1.Nº de membros: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.</p> <p>2.Salário ou pró-labore: Os valores apresentados como <i>pro-labore</i> não contemplam encargos sociais.</p> <p>3.Total da remuneração: As informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas referem-se ao <i>pro-labore</i> e benefícios (quando aplicáveis) do Conselho de Administração.</p> <p>4. Nota: o volume global a que faz referência esta tabela é a soma dos montantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (R\$ 9.704.653,64) e, separadamente, a remuneração do Conselho Fiscal (R\$ 243.000,00).</p>	<p>1.Nº de membros: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.</p> <p>2.Salário ou pró-labore: Os valores apresentados como <i>pro-labore</i> não contemplam encargos sociais.</p> <p>3.Baseada em ações: Os valores apresentados como remuneração baseada em ações passam a refletir o custo contábil potencial total da outorga aprovada 2017 à Diretoria Estatutária, contabilizado durante o período de carência (3 anos) de acordo com os modelos de precificação Monte Carlo (Programas de Stock Options Tradicional e Phantom Shares).</p> <p>4.Total da remuneração: As informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas referem-se ao <i>pro-labore</i></p>	<p>1.Nº de membros: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.</p> <p>2.Salário ou pró-labore: Os valores apresentados como <i>pro-labore</i> não contemplam encargos sociais.</p> <p>3.Total da remuneração: As informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas referem-se ao <i>pro-labore</i> e benefícios (quando aplicáveis) do Conselho Fiscal.</p> <p>4. Nota: o volume global a que faz referência esta tabela é a soma dos montantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (R\$ 9.704.653,64) e, separadamente, a remuneração do Conselho Fiscal (R\$ 243.000,00).</p>	

		e benefícios (quando aplicáveis) da Diretoria Estatutária. 5. Nota: o volume global a que faz referência esta tabela é a soma dos montantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (R\$ 9.704.653,64) e, separadamente, a remuneração do Conselho Fiscal (R\$ 243.000,00).		
Total da Remuneração	2.031.652,80	7.673.000,84	243.000,00	9.947.653,64

13.3. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

Ano 2020 – Previsto	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros ⁽²⁾	7,67	7,25	14,92
Nº de Membros Remunerados ⁽²⁾	5	5	10
Bônus	N/A	N/A	N/A
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados	N/A	N/A	N/A
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado	N/A	N/A	N/A

Nota:

1. O Conselho de Administração não é elegível à remuneração variável de curto prazo.
2. O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Ano 2019	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros ⁽²⁾	7	6	13
Nº de Membros Remunerados ⁽²⁾	7	6	13
Bônus			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A

Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados	N/A	N/A	N/A
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado	N/A	N/A	N/A

Nota:

1. O Conselho de Administração não é elegível à remuneração variável de curto prazo.
2. O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Ano 2018	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros ⁽²⁾	5,50	5,00	15,17
Nº de Membros Remunerados ⁽²⁾	5,50	5,00	15,17
Bônus			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado	N/A	N/A	N/A

Nota:

1. O Conselho de Administração não é elegível à remuneração variável de curto prazo.
2. O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Ano 2017	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros ⁽²⁾	7,00	3,00	5,17	15,17
Nº de Membros Remunerados ⁽²⁾	7,00	3,00	5,17	15,17
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	0	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	7.014.625,00	7.014.625,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	5.855.000,00	5.855.000,00
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado	N/A	N/A	0	0
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido no Resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

Nota:

1. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não são elegíveis à remuneração variável de curto prazo.

2. O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.4. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA ESTATUTÁRIA

a) termos e condições gerais

Os Planos de remuneração estão sendo reestruturados desde o início de 2019, as informações abaixo dizem respeito até abril de 2019.

No âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, empregados e administradores (“Beneficiários”) são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou *phantom shares*. A princípio, todos os administradores e empregados são elegíveis a participar, sendo que atualmente 24 pessoas, dentre administradores e empregados, detêm opções de compra de ações da Companhia e/ou *phantom shares*, considerando todos os Programas de Opção em conjunto.

O primeiro Plano de Opção foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2002, sendo referendados os termos e condições aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de abril de 2000 (“Plano de Opção 2002”). Não há novas outorgas previstas no âmbito do Plano de Opção 2002, cujas condições não são aplicáveis às outorgas de opções atualmente realizadas pela Companhia.

Em Assembleia Geral realizada em 3 de fevereiro de 2006, foi aprovado um segundo plano de opção de compra de ações (“Plano de Opção 2006”), e em Assembleia Geral realizada em 18 de junho de 2008, foi aprovado um terceiro plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia (“Plano de Opção 2008”). O Plano de Opção 2006 e o Plano de Opção 2008 estabelecem termos e condições gerais semelhantes entre si, sendo a sua diferença mais relevante a possibilidade instituída pelo Plano de Opção 2008 de outorga de opções no formato *Restricted Stock Options*, conforme descrito adiante. O Plano de Opção 2008 é aplicável às outorgas realizadas atualmente pela Companhia, sendo as suas condições gerais descritas a seguir.

O Plano (assim considerados o Plano de Opção 2006 e o Plano de Opção 2008, indistintamente, exceto onde expressamente indicado) é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para sua organização e a outorga de opções, observados os limites impostos pelo Plano. O Conselho de Administração é responsável por realizar outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições específicos aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais podem ser definidos (i) os Beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga e sua divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) o prazo de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) restrições à disponibilidade das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vi) metas relacionadas ao desempenho dos empregados, dos administradores ou da Companhia. O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico. Atualmente, o Comitê de Remuneração é responsável por analisar e recomendar todas as ações relacionadas à remuneração e incentivos de longo prazo, para aprovação do Conselho de Administração.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar com a Companhia Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contratos de Opção”), por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano e do Programa correspondentes. Os Contratos de Opção podem prever condições específicas aplicáveis a determinado Beneficiário.

A regra geral é que o preço de exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações nos 30 pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (atual denominação da BM&FBOVESPA) anteriores à data da outorga (“Valor de Mercado”), podendo ser atualizado monetariamente e acrescido de juros, conforme decidido pelo Conselho de Administração para cada Programa. O Plano de Opção 2008 introduziu a possibilidade de que o Conselho de Administração outorgue opções diferenciadas a determinados Beneficiários (“Opções B”) pelo preço de exercício de R\$0,01. O exercício das Opções B, se outorgadas, será sempre condicionado e proporcional ao prévio exercício das demais opções previstas no Plano de Opção 2008 e outorgadas a cada Beneficiário (“Opções A”, cujo preço de exercício será sempre calculado conforme o Valor de Mercado) e ao decurso de um prazo de carência de, no mínimo, 2 anos contados da data da respectiva outorga. Outras condições podem ser estabelecidas em cada Programa (ver, no item “h” abaixo, descrição dos programas com relação a metas de Valorização). Com isso, o Plano de Opção 2008 instituiu a possibilidade de outorga de opções sob um novo formato, denominado de “*Restricted Stock Options*”, pelo qual as Opções B, indissociavelmente atreladas às Opções A, servem como fator de ajuste da outorga inicial de Opções A, de forma que o ganho efetivo dos beneficiários dependerá do desempenho verificado da Companhia no médio e no longo prazo.

No âmbito do Plano de Opção 2006, foram aprovados 2 Programas, respectivamente em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23 de março de 2006 (“Programa 2006”) e 9 de fevereiro de 2007 (“Programa 2007”).

No âmbito do Plano de Opção 2008, foram aprovados 10 Programas, respectivamente em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 9 de maio de 2008 (“Programa 2008”), 26 de junho de 2009 (“Programa 2009”), 17 de dezembro de 2009 (“Programa II 2009”), 4 de agosto de 2010 (“Programa 2010”), 31 de março de 2011 (“Programa 2011”), 13 de julho de 2011, sendo nesta última aprovado 2 Programas (“Programa II 2011” e “Programa Conselho 2011”), 20 de agosto de 2012 (“Programa 2012”), 10 de maio de 2013 (“Programa 2013”), 14 de março de 2014 (“Programa 2014”) e 27 de abril de 2015 (“Programa 2015”) e 11 de abril de 2016 (“Programa 2016”).

O Programa 2008, o Programa 2009, o Programa 2010, o Programa II 2011, o Programa 2013 e o Programa 2014 foram divididos em 2 outorgas, com condições distintas entre si e discriminadas nos itens abaixo, onde indicado. O Programa 2012 foi dividido em 3 outorgas, também com condições distintas entre si e discriminadas nos itens abaixo, onde indicado. Os Programas 2015 e 2016 estabelecem uma única outorga de opções de compra de ações e preveem, adicionalmente, um modelo de incentivo de longo prazo a ser pago em dinheiro, baseado no valor da ação (*phantom shares*), sem emissão de ações da Companhia. O volume outorgado tanto de Opções quanto de *Phantom Shares* é baseado no investimento prévio de cada beneficiário em ações da Companhia no mercado – condição preliminar para se tornarem elegíveis ao Programa. Após o período de carência (3 anos), o beneficiário poderá exercer as Opções e passará a ser elegível ao recebimento da parcela em dinheiro relativa ao valor de mercado das *phantom shares*.

Todos os Programas aprovados sob o Plano de Opção 2006, bem como a primeira outorga do Programa 2008, as duas outorgas do Programa 2009, a primeira outorga do Programa 2010, a

primeira outorga do Programa II 2011, a segunda e terceira outorgas do Programa 2012, o Programa 2013 e o Programa 2015 foram realizadas sob o modelo convencional de outorga de opções, isto é, foram outorgadas opções cujo preço de exercício corresponde ao Valor de Mercado das ações da Companhia. Este modelo também foi utilizado no Programa Conselho 2011, no âmbito do qual foram realizadas outorgas aos membros do Conselho de Administração. Já a segunda outorga do Programa 2008, o Programa II 2009, a segunda outorga do Programa 2010, o Programa 2011 e a segunda outorga do Programa II 2011, a primeira outorga do Programa 2012, a primeira outorga do Programa 2013 e as outorgas do Programa 2014 seguiram o modelo *Restricted Stock Options*, de forma que cada Beneficiário recebeu Opções A e Opções B.

As opções outorgadas aos membros da Diretoria Estatutária à época no âmbito do Programa 2006, no âmbito do Programa 2009, no âmbito da primeira outorga do Programa 2010 e no âmbito da primeira outorga do Programa II 2011 foram substituídas, em sua totalidade por opções outorgadas sob o Programa 2012, mediante a celebração dos Contratos correspondentes com a Companhia.

Atualmente os membros do Conselho de Administração não são beneficiários de nenhum Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

b) principais objetivos do plano

Os planos e programas de opção de compra de ações e *phantom shares* da Companhia objetivam: (1) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos beneficiários adquirir ações de emissão da Companhia, incentivando a integração destes com a Companhia; (2) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas; e (3) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses dos acionistas da Companhia.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus resultados. O oferecimento de opções de compra de ações estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento sustentável, igualmente relevantes em face do modelo de outorgas adotado. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do plano de opções.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados-chave, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano da Companhia atualmente em vigor insere-se na política de concentração de incentivos dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao

desempenho da Companhia. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos. Conforme explicado no item 13.1 acima, os planos de opções e incentivos de longo prazo estão diretamente ligados a este alinhamento de interesses.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos planos trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados (ver item “h” abaixo) fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo.

Em alguns casos (item “h”), exige-se que o Beneficiário destine parcela mínima do valor por ele recebido como bônus anual ao exercício de opções, ou ainda que adquira uma quantidade mínima de opções a cada ano, sob pena de extinção dos demais lotes futuros. A Companhia entende que esta exigência permite o alinhamento de interesses tanto a curto prazo como a longo prazo, por envolver o comprometimento de recursos do Beneficiário com ações de emissão da Companhia que apenas poderão ser alienadas após o decurso de um determinado período de tempo.

Com relação ao modelo *Restricted Stock Options*, em que as opções outorgadas aos Beneficiários são divididas em Opções A e Opções B, uma estrutura de incentivos distinta é criada para alinhar os interesses dos administradores e empregados com os interesses da Companhia. As Opções A, cujo preço de exercício reflete o Valor de Mercado, usualmente compõem um único lote e são exercíveis num horizonte de tempo próximo, gerando um comprometimento financeiro do Beneficiário já no curto prazo. As ações correspondentes sujeitam-se a um período de indisponibilidade, modulando o alinhamento de interesses também para o médio prazo.

O mecanismo de exercício das Opções B, por sua vez, é uma forma de ajuste do ganho que o beneficiário poderá auferir, dependente do desempenho da Companhia num horizonte de tempo maior, assim alinhando os interesses dos Beneficiários mais a longo prazo. O exercício das Opções B será obrigatoriamente (i) sujeito a um prazo de carência mínimo de 2 anos, podendo ainda haver divisão em lotes anuais; (ii) proporcional ao número de Opções A exercidas, vinculando o curto com o longo prazo, já que a possibilidade de exercício das Opções B dependerá do comprometimento demonstrado pelo Beneficiário no exercício das Opções A; e (iii) nos termos das outorgas realizadas até hoje, sujeito a um ajuste conforme a variação do valor de mercado (“Valorização”) das ações da Companhia entre a data do programa e a data de exercício das Opções B, acrescida de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação (critérios de valorização - item “h” abaixo). Com isso, espera-se que o Beneficiário tenha interesse na efetiva geração de retorno e criação de valor, de forma que o ganho total que ele poderá auferir será diretamente dependente do desempenho da Companhia e, portanto, do ganho obtido por seus acionistas. As Opções B, necessariamente vinculadas às Opções A, representam um mecanismo de ajuste, pelo qual o número total de ações que poderá ser adquirido pelo Beneficiário será futuramente ajustado, sendo tanto maior quanto mais alto for o desempenho da Companhia no longo prazo.

f) número máximo de ações abrangidas

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções, considerados de forma agregada todos os Programas da Companhia, é equivalente a 6% das ações representativas do capital social da Companhia, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

h) condições de aquisição de ações

Como regra geral, as opções outorgadas sob o modelo convencional de outorga, bem como as Opções A outorgadas sob o modelo *Restricted Stock Options*, devem ser adquiridas pelo preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado, sendo que este preço pode estar sujeito à correção monetária e à incidência de juros, conforme estipulado pelo Conselho de Administração em cada Programa.

As Opções B, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R\$0,01, e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário, aplicam-se as condições descritas a seguir: (i) deve ser observado um prazo de carência mínimo de dois anos; (ii) as Opções B têm seu exercício condicionado ao número de Opções A previamente exercidas; e (iii) o número de Opções B exercíveis é ajustado conforme a variação apurada do Valor de Mercado das ações da Companhia, mais os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, entre a data do programa e a data de exercício das Opções B (“Valorização”). Nos Programas vigentes aprovados sob o modelo *Restricted Stock Options* até a presente data, com exceção da segunda outorga do Programa 2014, as Opções B foram outorgadas com um fator de ajuste na proporção de até 2 Opções B para cada Opção A, no caso de empregados-chave da Companhia, e na proporção de até 3 Opções B para cada Opção A, no caso de diretores da Companhia. Estas proporções de ajuste serão reduzidas para 1,5 e 2,5, respectivamente, caso a Valorização apurada seja menor do que 10%, serão aplicadas integralmente se a Valorização for superior a 20%, e serão aplicadas proporcionalmente caso a Valorização apurada se encontre entre 10% e 20%.

Na primeira outorga do Programa 2012, as Opções A estiveram disponíveis para exercício entre 1º de maio de 2013 e 30 de maio de 2013 no caso dos Diretores Executivos, e entre 1º de maio de 2014 e 30 de maio de 2014 nos demais casos, após o que foram extintas. No caso dos Diretores Executivos as Opções B são divididas em três lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 20 de agosto de 2014 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias. Nos demais casos, a totalidade das Opções B foi exercível a partir de 20 de agosto de 2014, por um prazo extintivo de 30 dias. O exercício de Opções B está ainda sujeito às condições descritas acima.

Na segunda outorga do Programa 2012, as opções de cada Beneficiário foram divididas em três lotes anuais, sendo o primeiro lote exercível a partir de 1º de maio de 2013 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. Ainda, o Beneficiário é obrigado a destinar ao menos 50% do

valor por ele recebido como bônus anual ao exercício de opções, independentemente do Programa sob o qual foram outorgados, sob pena de perder o direito a exercer todas as opções dos lotes subsequentes.

Na terceira outorga do Programa 2012, as opções de cada Beneficiário foram divididas em quatro lotes anuais iguais, sendo o primeiro lote exercível a partir de 2014 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. Para receber esta outorga, o Beneficiário destinou, adicionalmente ao mínimo mencionado nos parágrafos anteriores, 20% ou 30% do valor por ele recebido como bônus anual, à compra de ações da Companhia no mercado. De acordo com este investimento, a Companhia outorgou duas vezes ou duas vezes e meia o número de ações adquiridas pelo Beneficiário, em forma de opções de compra de ações.

No Programa 2013, as Opções A foram exercíveis entre 10 de maio de 2013 e 30 de maio de 2014. As Opções B são divididas em três lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 10 de maio de 2015 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias.

Na primeira outorga do Programa 2014, as Opções A, assim como as Opções B, a serem recebidas pelos beneficiários variaram de acordo com o investimento do bônus anual destinado à compra de ações da Companhia no mercado, condição preliminar para receberem a outorga – regra semelhante à terceira outorga do Programa 2013. As Opções A e B variaram entre 1 vez e 5 vezes; 0,5 vez e 2 vezes, respectivamente – de acordo com o volume de ações adquiridas pelo investimento prévio. As Opções A e B estiveram disponíveis para exercício a partir de 14 de março de 2017, pelo prazo extintivo de 3 anos (as Opções B serão liberadas para exercício na proporção em que as Opções A forem exercidas, dentro deste período). Em tal momento, foi analisado o TSR (*Total Share Return*) da Companhia no período, assim como sua posição em relação a um grupo de concorrentes. De acordo com a posição em que a Companhia ficou, exclusivamente o volume outorgado das Opções A foi ser ajustado 10% para cima.

Na segunda outorga do Programa 2014, as Opções A são exercíveis entre 14 de março de 2014 e 30 de maio de 2015. As opções B são divididas em 3 lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 1º de maio de 2016 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias.

No Programa 2015, as Opções serão exercíveis a partir de 27 de abril de 2018, por um prazo extintivo de 3 anos. Durante este mesmo período o valor equivalente às *phantom shares* serão calculados e pagos aos beneficiários – na proporção em que as Opções do mesmo Programa forem exercidas (no caso de não serem exercidas em sua totalidade de uma única vez).

No Programa 2016, as Opções serão exercíveis a partir de 11 de abril de 2019, por um prazo extintivo de 3 anos. Durante este mesmo período o valor equivalente às *phantom shares* serão calculados e pagos aos beneficiários – na proporção em que as Opções do mesmo Programa forem exercidas (no caso de não serem exercidas em sua totalidade de uma única vez).

Não houve outorgas no ano de 2017.

Em 2018 lançamos o Programa 2018, outorgado em 08 de Março de 2018 as Opções poderão ser exercidas da seguinte forma: 60% a partir de 30 de março de 2022; 20% a partir de 30 de março de 2023 e 20% restantes a partir de 30 de março de 2024.

Não houve outorgas no ano de 2019.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Como regra geral, o preço de exercício das opções deve ser equivalente à cotação média das ações da Companhia nos 30 pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (atual denominação da BM&FBOVESPA) anteriores à data da concessão da opção (“Valor de Mercado”), podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração e ainda acrescido de juros, conforme taxa determinada pelo Conselho de Administração em cada Programa. Este preço é deduzido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação pela Companhia, desde a data da outorga até a data do efetivo exercício das opções.

Entende-se que a fixação do preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado é necessária para melhor alinhar os interesses dos Beneficiários em gerar valor para os acionistas da Companhia: os seus ganhos serão obtidos na medida em que as ações da Companhia se valorizem no mercado. A possibilidade de acréscimo de juros existe para que o preço de exercício possa acompanhar uma taxa mínima de retorno exigido, de forma que os Beneficiários auferam ganho apenas no caso de as ações garantirem um retorno mínimo, a critério do Conselho de Administração.

Observe-se que, o preço de exercício das opções convencionais encontrava-se sujeito à correção monetária, geralmente pelo índice IGP-M, bem como ao acréscimo de juros, usualmente de 3% a 6% ao ano. Com o objetivo de tornar o exercício das opções mais atrativo e aumentar a retenção de longo prazo dos seus executivos, o Conselho de Administração decidiu, em 4 de agosto de 2010, que as disposições relativas à correção monetária e à incidência de juros dos Programas seriam aplicadas até 6 de maio de 2010.

A dedução de juros sobre o capital próprio e de dividendos é uma forma de assegurar aos Beneficiários que participem dos resultados obtidos pela Companhia durante o período em que já receberam a outorga de opções, mas não se tornaram ainda acionistas, em vista do desenho de determinado programa (prazos de carência). Por outro lado, assegura que os resultados só serão recebidos pelo Beneficiário caso permaneça na Companhia e exerça as opções, tornando-se efetivamente acionista da Companhia.

Já as Opções B outorgadas sob o modelo *Restricted Stock Options* podem ser exercidas ao preço de R\$0,01 Companhia, mas são outorgadas de forma indissociável das Opções A. O preço de exercício se justifica na medida em que as Opções B são um fator de ajuste do número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir no longo prazo (e consequentemente o valor do possível ganho de capital total que ele poderá auferir). Como tal, dependerá necessariamente do desembolso inicial relativo ao exercício das Opções A, ajustado conforme o desempenho da Companhia e, portanto, conforme os ganhos proporcionados aos seus acionistas.

O valor correspondente às *Phantom Shares* é equivalente à cotação média das ações da Companhia nos 30 pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (atual denominação da BM&FBOVESPA) anteriores à data de exercício da Opções do mesmo Programa (“Valor de Mercado”).

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Sob a primeira outorga do Programa 2012, as Opções A foram exercidas entre 1º de maio de 2013 e 30 de maio de 2013 no caso dos Diretores Executivos, e entre 1º de maio de 2014 e 30 de maio de 2014 nos demais casos. Como dito acima, este prazo foi estabelecido como uma forma de

vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Companhia. No caso dos Diretores Executivos, as Opções B são divididas em três lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 20 de agosto de 2014 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias, e apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A. Nos demais casos, a totalidade das Opções B foi exercida a partir de 20 de agosto de 2014, por um prazo extintivo de 30 dias, também apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A. Os prazos de carência para exercício das Opções B são fixados observados os mesmos critérios e fundamentos descritos acima com relação ao Programa 2011.

Sob a segunda e a terceira outorgas do Programa 2012, as opções de cada Beneficiário foram divididas em três lotes anuais e quatro lotes anuais iguais, respectivamente. Para a segunda outorga, o primeiro lote é exercível a partir de 1º de maio de 2013 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. Para a terceira outorga, o primeiro lote é exercível a partir de 2014 e os demais nos subsequentes aniversários desta data. A divisão das opções em lotes atende aos objetivos de vinculação do Beneficiário e alinhamento de interesses no curto, médio e longo prazo. As opções de cada lote anual poderão ser exercidas no prazo de 10 anos a partir do momento que se tornem exercíveis, que será reduzido para três anos caso o Beneficiário não utilize a parcela de destinação obrigatória do bônus (somente no caso da segunda outorga). O prazo de 10 anos significa uma oportunidade para que o Beneficiário tenha maior intervalo de tempo para escolher o momento mais adequado de comprometer seus recursos, oferecido como contrapartida ao efetivo comprometimento de seu bônus.

Sob a outorga do Programa 2013, as Opções A foram exercidas entre 10 de maio de 2014 e 30 de maio de 2014. Como dito acima, este prazo foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Companhia. As Opções B são divididas em três lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 10 de maio de 2015 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias, e apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido Opções A. Os prazos de carência para exercício das Opções B são fixados observados os mesmos critérios e fundamentos descritos acima com relação à segunda outorga ao Programa 2011.

Sob a primeira outorga do Programa 2014, as Opções A tornaram-se exercíveis a partir de 14 de março de 2017, por um prazo extintivo de 3 anos. Como dito acima, este prazo foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Companhia. As Opções B poderão ser exercidas no mesmo período das Opções A e apenas na proporção em que o Beneficiário exercer as Opções A.

Sob a segunda outorga do Programa 2014, as Opções A puderam ser exercidas entre 14 de março de 2014 e 30 de maio de 2015. Como dito acima, este prazo foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Companhia. As Opções B são divididas em 3 lotes anuais, cada um deles exercível respectivamente a partir de 1º de maio de 2016 e nos subsequentes aniversários desta data, por um prazo extintivo de 30 dias, e apenas na proporção em que o Beneficiário tenha previamente exercido opções A. Os prazos de carência para exercício das Opções B são fixados observando os mesmos critérios e fundamentos descritos acima com relação ao Programa 2011.

Nos Programas 2015 e 2016, as Opções poderão ser exercidas a partir de 27 de abril de 2018 e 11 de abril de 2019, respectivamente, por um prazo extintivo de 3 anos. Como dito acima, este prazo

foi estabelecido como uma forma de vinculação do Beneficiário e demonstração de comprometimento com a Companhia. Os valores equivalentes às *Phantom Shares* também serão válidos pelo mesmo período e serão liberados na medida em que e proporcionalmente ao exercício das Opções do mesmo Programa.

Em 2018 lançamos o Programa 2018, outorgado em 08 de março de 2018, as opções poderão ser exercidas da seguinte forma: 60% a partir de 30 de março de 2022; 20% a partir de 30 de março de 2023 e 20% restante a partir de 30 de março de 2024.

k) forma de liquidação

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração. A Companhia também utiliza-se de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos Programas aprovados até a data deste documento, a regra geral é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

No modelo de *Phantom Shares* não há emissão de ações ou transferência de ações em tesouraria. O valor equivalente calculado é pago em dinheiro.

l) restrições à transferência das ações

Na Outorga 1 do Programa 2012, as Opções A somente puderam ser exercidas nos períodos compreendidos entre 1º de maio e 30 de maio de 2013 no caso dos Diretores Executivos; e entre 1º de maio e 30 de maio de 2014 nos demais casos. Para todos os casos, não houve período de *lock up* após o exercício das Opções A, já que foram outorgadas em 2012.

Na outorga do Programa 2013, a regra é semelhante: as Opções A somente puderam ser exercidas nos períodos compreendidos entre 10 de maio e 30 de maio de 2014 e, para este caso, não houve período de *lock up* após o exercício das Opções A, já que foram outorgadas em 2013.

Para o Programa 2014 também não há período de *lock up* após o exercício das Opções A. Na primeira outorga, estas somente poderão ser exercidas a partir de 14 de março de 2017, pelo prazo de 3 anos; e na segunda outorga, entre 14 de março de 2014 e 30 de maio de 2015.

As ações subscritas ou adquiridas em virtude do exercício de Opções B não estão sujeitas a qualquer período de indisponibilidade.

Para os Programas 2015 e 2016 também não há período de *lock up* após o exercício das Opções.

Em 2018 lançamos o Programa 2018, outorgado em 08 de março de 2018, as opções poderão ser exercidas da seguinte forma: 60% a partir de 30 de março de 2022; 20% a partir de 30 de março de 2023 e 20% restante a partir de 30 de março de 2024.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opção 2008 poderá ser alterado ou extinto pelo Conselho de Administração. Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão pode alterar: (i) o limite de ações objeto do Plano; e (ii) os direitos e obrigações adquiridos pelo Beneficiário, relativos a qualquer outorga existente sob os Plano de Opção de 2008.

Adicionalmente, em caso de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de

valores, as opções poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados para exercício durante prazo determinado.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano de Opção 2008, o desligamento do Beneficiário terá os seguintes efeitos sobre as opções a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída: *(i)* havendo justa causa, todas as opções não exercidas serão extintas; *(ii)* no caso de inexistência de justa causa, demissão voluntária ou pedido de aposentadoria, as opções já exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias e as demais serão extintas; *(iii)* em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, todas as opções poderão ser exercidas pelo Beneficiário ou seus sucessores, em um prazo de 180 dias. Em todos estes casos, exceto por falecimento ou invalidez permanente, as restrições à transferência das ações que lhes sejam aplicáveis permanecerão em vigor.

O Conselho de Administração tem poderes para determinar o tratamento a ser dado às Opções B outorgadas ao Beneficiário sob o Plano de Opção 2008, em caso de desligamento por opção da Companhia e desde que não haja justa causa. Sob os Programas aprovados com o modelo *Restricted Stock Options*, o Conselho de Administração estabeleceu regras de prazo para exercício das Opções B, proporcionalmente ao período em que o Beneficiário permaneceu no desempenho de suas funções na Companhia, e observadas as demais condições para exercício das Opções B previstas no Plano de Opção 2008 e nos respectivos Programas.

Ainda, em 4 de agosto de 2010, o Conselho de Administração deliberou estabelecer a hipótese de antecipação do prazo de carência de todas as opções que tenham sido outorgadas aos membros da Diretoria Estatutária da Companhia (mas não a qualquer outro Beneficiário do Plano), para exercício no prazo de 180 dias, sempre que o correspondente diretor for destituído, sem haver razão que corresponda a justa causa, no prazo de 1 ano contado de determinados eventos societários relevantes. Estes eventos societários são os seguintes: *(i)* operações de reorganização societária da Companhia em que o seu patrimônio líquido passe a representar menos de 50% do patrimônio líquido da companhia resultante; *(ii)* aquisição, por qualquer pessoa ou grupo, de participação equivalente a 30% ou mais do capital social da Companhia; *(iii)* oferta pública obrigatória para aquisição das ações da Companhia, nos termos da legislação societária ou do Regulamento do Novo Mercado; e *(iv)* oferta pública voluntária para aquisição das ações da Companhia que resulte na aquisição da maioria de seu capital social. Com isso, espera-se que os membros da Diretoria Estatutária da Companhia não sejam indevidamente prejudicados em virtude da realização de operação societária relevante, por impedir que suas opções sejam perdidas em decorrência de operações que possam implicar mudança de controle da Companhia. Assim, com a manutenção das expectativas de exercício futuro das opções, mantém-se o alinhamento de interesses dos Beneficiários e a retenção dos melhores talentos.

Em reunião realizada em 13 de julho de 2011, o Conselho de Administração deliberou estender esta possibilidade a quaisquer opções que tenham sido ou venham a ser outorgadas, no âmbito do Plano, a Diretores Estatutários ou membros do Conselho de Administração da Companhia ou da Construtora Tenda S.A., subsidiária integral da Companhia.

A possibilidade de antecipação do prazo de carência das opções, referida no parágrafo acima, também é aplicável caso venha a ocorrer a dissolução da Companhia.

13.5. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

2017	Conselho de Administração	Diretoria Executiva Estatutária				
Planos		2012	2013	2014	2015	2016
b) Nº total de Membros	0	5	5	5	5	5
c) Nº de membros remunerados	0	5	5	5	5	5
d) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações						
Data de outorga	N/A	20/8/2012	10/5/2013	14/3/2014	27/4/2015	11/4/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	165.875 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 208.456 (Programa Tradicional)	139.762 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 87.332 (Programa Tradicional)	273.498 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B)	171.537 Opções e 61.738 Phantom Shares	163.936 Opções e 84.803 Phantom Shares
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Programa Restricted Stock Options: 9 meses para as Opções A e 4 anos (0%, 30%, 30%, 40%) para as Opções B Programa Tradicional: 3 anos (50%, 30% e 20%)	Opções A: 1 ano Opções B: 4 anos (0%, 30%, 30%, 40%) Programa Tradicional: 4 anos (25% ao ano)	Opções A e B: 3 anos	3 anos	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Programa Restricted Stock Options: 30 dias Programa Tradicional: 10 anos	Programa Restricted Stock Options: 1 ano Opções A e 30 dias Opções B Programa Tradicional: 10 anos	Opções A e B: 3 anos	3 anos	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções						
- em aberto no início do exercício social	N/A	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$17,01 Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$17,01	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$28,29 Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$28,29	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$30,20	R\$19,40
- perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	R\$0,09	R\$0,09	Opções Tipo A: R\$23,76	N/A	N/A

				Opções Tipo B: R\$0,09		
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e) Valor justo das opções na data de outorga	N/A	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$17,01 Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$17,01	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$28,29 Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$28,29	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$16,16	R\$19,40
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ⁽¹⁾	0,35%	1,32%	0,80%	0,97%	0,57%	0,54%

(1) Diluição com base no total de ações em 31.12.2017 e não contemplam as *phantom shares* já que não há emissão de ação neste modelo.

(2) O número de opções e preços das opções foram ajustados de acordo com o grupamento de ações realizado pela Companhia em 23.03.2017, aprovado em 20.02.2017 e ajustes decorrentes do SpinOff de Tenda, aprovados em reunião do Conselho de Administração de 09.05.2017.

(3) Para o ano de 2017, não houve outorga de Programas de Opção de Compra de Ações

2018	Conselho de Administração	Diretoria Executiva Estatutária					
Planos		2012	2013	2014	2015	2016	2018
b) Nº total de Membros	0	1	1	2	2	2	6
c) Nº de membros remunerados	0	1	1	2	2	2	6
d) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações							
Data de outorga	N/A	28/08/2012	10/5/2013	14/3/2014	27/4/2015	11/4/2016	08/03/2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	165.875 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 208.456 (Programa Tradicional)	139.762 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B) e 87.332 (Programa Tradicional)	273.498 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B)	171.537 Opções e 61.738 Phantom Shares	163.936 Opções e 84.803 Phantom Shares	2.457.209 Opções
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Programa Restricted Stock Option: 9 meses para as Opções A e 4 anos (0%, 30%, 30%, 40% para as Opções B Programa Tradicional: 3 anos (50%, 30% e 20%)	Opções A: 1 ano Opções B: 4 anos (0%, 30%, 30%, 40%) Programa Tradicional: 4 anos (25% ao ano)	Opções A e B: 3 anos	3 anos	3 anos	4 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Programa Restricted Stock Options: 30 dias Programa Tradicional: 10 anos	Programa Restricted Stock Options: 1 ano Opções A e 30 dias Opções B Programa Tradicional: 10 anos	Opções A e B: 3 anos	3 anos	3 anos	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos							

seguintes grupos de opções							
- em aberto no início do exercício social	N/A	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$17,01 Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$17,01	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$28,29 Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$28,29	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$30,20	R\$19,40	R\$ 15,00
- perdas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	R\$0,09	R\$0,09	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	N/A	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e) Valor justo das opções na data de outorga	N/A	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$17,01 Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$17,0	Programa Restricted Stock Options: Opções A: R\$28,29 Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$28,29	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$16,16	R\$19,40	R\$ 15,00
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ⁽¹⁾	0,35%	1,32%	0,80%	0,97%	0,57%	0,54%	0,40

(1) Diluição com base no total de ações em 31.12.2017 e não contemplam as phantom shares já que não há emissão de ação neste modelo.

(2) O número de opções e preços das opções foram ajustados de acordo com o grupamento de ações realizado pela Companhia em 23.03.2017, aprovado em 20.02.2017 e ajustes decorrentes do SpinOff de Tenda, aprovados em reunião do Conselho de Administração de 09.05.2017.

(3) Para o ano de 2017, não houve outorga de Programas de Opção de Compra de Ações.

Ano 2019	Conselho de Administração	Diretoria Executiva Estatutária				
Planos		2014	2015	2016	2018	2019
b) Nº total de Membros	0	2	2	2	6	11
c) Nº de membros remunerados	0	2	2	2	6	11
d) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	N/A	2	2	2	6	0
Data de outorga	N/A	14/3/2014	27/4/2015	11/4/2016	08/03/2018	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	273.498 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B)	171.537 Opções e 61.738 Phantom Shares	163.936 Opções e 84.803 Phantom Shares	2.457.209 Opções	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Opções A e B: 3 anos	3 anos	3 anos	4 anos	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Opções A e B: 3 anos	3 anos	3 anos	4 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções						N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$30,20	R\$19,40	R\$ 15,00	N/A
- perdas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e) Valor justo das opções na data de outorga	N/A	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$16,16	R\$19,40	R\$ 15,00	N/A
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ⁽¹⁾	0,35%	0,97%	0,57%	0,54%		N/A

(1) Diluição com base no total de ações em 31.12.2018 e não contemplam as phantom shares já que não há emissão de ação neste modelo.

(2) O número de opções e preços das opções foram ajustados de acordo com o grupamento de ações realizado pela Companhia em 23.03.2017, aprovado em 20.02.2017 e ajustes decorrentes do SpinOff de Tenda, aprovados em reunião do Conselho de Administração de 09.05.2017.

(3) Para o ano de 2017, não houve outorga de Programas de Opção de Compra de Ações.

Ano 2020 - Previsto	Conselho de Administração	Diretoria Executiva Estatutária				
Planos		2014	2015	2016	2018	2019
b) Nº total de Membros	0	2	2	2	6	8
c) Nº de membros remunerados	0	2	2	2	6	8
d) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	N/A	2	2	2	6	N/A
Data de outorga	N/A	14/3/2014	27/4/2015	11/4/2016	08/03/2018	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	273.498 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B)	171.537 Opções e 61.738 Phantom Shares	163.936 Opções e 84.803 Phantom Shares	2.457.209 Opções	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Opções A e B: 3 anos	3 anos	3 anos	4 anos	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Opções A e B: 3 anos	3 anos	3 anos	4 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções						N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$30,20	R\$19,40	R\$ 15,00	N/A
- perdas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e) Valor justo das opções na data de outorga	N/A	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$16,16	R\$19,40	R\$ 15,00	N/A
f) Diluição potencial em caso de exercício de	0,35%	0,97%	0,57%	0,54%		N/A

todas as opções outorgadas ⁽¹⁾						
---	--	--	--	--	--	--

Diluição com base no total de ações em 31.12.2018 e não contemplam as phantom shares já que não há emissão de ação neste modelo.

O número de opções e preços das opções foram ajustados de acordo com o grupamento de ações realizado pela Companhia em 23.03.2017, aprovado em 20.02.2017 e ajustes decorrentes do SpinOff de Tenda, aprovados em reunião do Conselho de Administração de 09.05.2017.

Para o ano de 2017, não houve outorga de Programas de Opção de Compra de Ações.

13.6. INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES EM ABERTO DETIDAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Exercício Social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Executiva Estatutária						
Planos	-	2012	2013	2014	2015	2016	2018	2019
b) Nº de Membros	0	1	1	2	2	2	6	7
c) Nº de membros remunerados	0	1	1	2	2	2	6	7
d) Opções ainda não exercíveis								N/A
i) Quantidade	N/A	42.685 (Programa Restricted Stock Options – Opções B) e 19.287 (Programa Tradicional)	56.528 (Programa Restricted Stock Options Opções B) e 26.992 (Programa Tradicional)	273.498 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B)	171.537 Opções e 61.738 Phantom Shares	163.936 Opções e 84.803 Phantom Shares	2.457.209 Opções	N/A
ii) Data em que se tornarão exercíveis	N/A	01/05/2015 (Programa Tradicional - 20% do volume total de Opções outorgadas) 20/08/2015 (Programa Restricted – Opções B – 30% e 40% nos aniversários subsequentes)	10/05/2015 (Programa Tradicional - 25% do volume total de Opções outorgadas e 25% a/a nos aniversários subsequentes) 10/05/2015 (Programa Restricted – Opções B – 30% e 40% nos aniversários subsequentes 30% e 40% do total outorgado)	14/03/2017	27/04/2018	11/04/2019	30/03/2022	N/A
iii) Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias (Programa Restricted – Opções B) e 10 anos para as opções do Programa Tradicional	Programa Restricted Stock Options: 30 dias Opções B Programa Tradicional: 10 anos	3 anos	3 anos	3 anos	4 anos	N/A

iv) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
v) Preço médio ponderando de exercício	N/A	R\$17,01 (Programa Tradicional) R\$0,09 (Opções B do Programa Restricted)	Programa Restricted Stock Options: Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$28,29	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$ 16,16	R\$ 19,40	R\$ 15,00	N/A
vi) Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$17,01 (Programa Tradicional) R\$0,09 (Opções B do Programa Restricted)	Programa Restricted Stock Options: Opções B: R\$0,09 Programa Tradicional: R\$28,29	Opções A: R\$23,76 Opções B: R\$0,09	R\$ 16,16	R\$ 19,40	R\$ 15,00	N/A
e) Opções exercíveis								N/A
i) quantidade	N/A	69.732	17.995 (Programa Tradicional)	273.498 (Programa Restricted Stock Options Opções A + B)	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	10 anos	10 anos	3 anos	3 anos	3 anos	4 anos	N/A
iii) prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
iv) preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 17,01	R\$ 28,29	R\$23,76 (A) R\$0,09 (B)	R\$ 16,16	R\$ 19,40	R\$ 15,00	
v) valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 17,01	R\$ 28,29	R\$23,76 (A) R\$0,09 (B)	R\$ 16,16	R\$ 19,40	R\$ 15,00	N/A
vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 17,01	R\$ 28,29	R\$23,76 (A) R\$0,09 (B)	R\$ 16,16	R\$ 19,40	R\$ 15,00	N/A

13.7. OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA:

Exercício Social de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Executiva Estatutária	
Programa (Ano)		2012	2013
b) Nº total de Membros	0	5	5
c) Nº de membros remunerados	0	3	5
d) Em relação às opções exercidas	-	-	-
i) número de ações	N/A	16.703	14.132
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$0,13	R\$0,13
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	415.937	352.425
e) Em relação às ações entregues informar ⁽¹⁾			
i) número de ações	N/A	16.703	14.132
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$0,13	R\$0,13
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	415.937	352.425

(1) No modelo

adotado pela Companhia todas as ações exercidas são entregues.

(2) O número de opções e preços das opções foram ajustados de acordo com o grupamento de ações realizado pela Companhia em 23.03.2017, aprovado em 20.02.2017.

Exercício Social de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Executiva Estatutária	
Programa (Ano)		2013	2014
b) Nº total de Membros	0	5	5
c) Nº de membros remunerados	0	5	5
d) Em relação às opções exercidas	-	-	-
i) número de ações	N/A	20.501	19.095
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$0,09	R\$16,36
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	417.605	78.290
e) Em relação às ações entregues informar ⁽¹⁾			
i) número de ações	N/A	20.501	19.095
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$0,09	R\$16,36
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	417.605	78.290

(1) No modelo adotado pela Companhia todas as ações exercidas são entregues.

(2) O número de opções e preços das opções foram ajustados de acordo com o grupamento de ações realizado pela Companhia em 23.03.2017, aprovado em 20.02.2017.

Exercício Social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Executiva Estatutária	
Programa (Ano)		2014	2015
b) Nº total de Membros	0	5	2
c) Nº de membros remunerados	0	5	2
d) Em relação às opções exercidas	-	-	-
i) número de ações	N/A	10.412	6.907
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$0,09	R\$16,16
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
e) Em relação às ações entregues informar ⁽¹⁾			
i) número de ações	N/A	10.412	6.907



ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$0,09	R\$16,16
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

- (1) Companhia todas as ações exercidas são entregues. No modelo adotado pela
- (2) O número de opções e preços das opções foram ajustados de acordo com o grupamento de ações realizado pela Companhia em 23.03.2017, aprovado em 20.02.2017.

13.8. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.5 A 13.7 - MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES

Breve Descrição dos Formatos de Outorga de Opções

A. Opções Tradicionais vigentes (outorgadas sob o Plano de Opção 2008, sob as Outorgas 2 e 3 do Programa de 2012, Programa 2015, Programa 2016 e Programa 2018).

Sob este modelo tradicional de outorga de opções, as outorgas a cada Beneficiário são divididas em lotes anuais de opções, cujo direito ao exercício é adquirido anualmente (com exceção dos Programas 2015 e 2016, onde o lote é único, com período de carência de 3 anos a partir da data de aprovação do Programa).

A cada ano, o Beneficiário deve destinar uma parcela mínima do bônus anual ao exercício do lote vigente para que adquira o direito ao exercício dos lotes subsequentes (ou seja, para que os lotes sejam incorporados). Caso o bônus não seja destinado ao exercício de opções, os lotes futuros (ainda não incorporados) de todos os Programas serão extintos. A partir do exercício parcial de opções de um dado lote incorporado, o Beneficiário tem o prazo de 10 anos para exercer suas opções de maneira total ou parcial (com exceção dos Programas 2015 e 2016, onde o prazo máximo para exercício das opções é de 3 anos a partir do término da carência). Caso o Beneficiário não destine o bônus na forma exigida pelo correspondente Programa, este prazo é reduzido para 3 anos, no caso dos lotes já incorporados.

B. Restricted Stock Options (outorgadas sob o Plano de Opção 2008, no Programa 2011, na 2ª outorga do Programa II 2011, na Outorga 1 do Programa de 2012, no Programa 2013 e no Programa 2014)

As opções outorgadas são divididas entre Opções A e Opções B. O lote de Opções A é incorporado (isto é, ele se torna disponível para exercício) no curto prazo e fica disponível para exercício durante um breve período de tempo, a um preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado das ações (exceto no caso do Programa 2014, quando as Opções A são liberadas para exercício após 3 anos da outorga, junto com as Opções B). As Opções B têm um preço de exercício equivalente a R\$0,01 cada e são divididas em três lotes anuais, disponíveis para exercício em dois, três e quatro anos contados da outorga, respectivamente. Exceção a esta regra está na Outorga 1 do Programa 2012 onde as Opções B estavam disponíveis para exercício, em sua totalidade, em 2 anos contados da outorga no caso dos empregados-chave; e na primeira outorga do Programa 2014, destinada aos Diretores, onde as Opções B estarão liberadas para exercício em 3 anos a partir da data da outorga, juntamente com as Opções A, por um prazo extintivo de 3 anos.

A quantidade de Opções B disponíveis para exercício é determinada a partir dos seguintes fatores:

- Quantidade exercida de Opções A, nos termos descritos no item 13.4 acima; e

<ul style="list-style-type: none"> • Variação das metas de valorização das ações da Companhia no período contado entre a data da outorga e a data de efetivo exercício das Opções B, com exceção do Programa 2014, onde o ajuste se dará nas Opções Tipo A, de acordo com o TSR. <p>Programa de 2018</p> <p>Após o período de carência de 4 anos, as opções poderão ser exercidas total ou parcialmente da seguinte forma: 60% a partir de 30 de março de 2022; 20% a partir de 30 de março de 2023 e 20% restantes a partir de 30 de março de 2024. O preço fixado para o Programa de 2018 foi de R\$ 15,00.</p>	
a) modelo de precificação	
<p>Os modelos utilizados pela Companhia para precificação das opções outorgadas a seus administradores e empregados são o modelo binomial para as opções tradicionais e <i>phantom shares</i> e o modelo Monte Carlo para as opções sob o formato de <i>Restricted Stock Options</i>.</p> <p>Modelo Binomial</p> <p>O modelo parte da premissa básica de que o comportamento do preço de uma ação em períodos futuros pode ser aproximado por duas trajetórias possíveis: uma ascendente e outra descendente. Deste modo, é construída uma árvore de trajetórias para o preço da ação. O fator ascendente e o fator descendente são determinados a partir da volatilidade da ação e pelo intervalo de tempo entre os passos de árvore. As trajetórias para o preço da ação são determinadas até o vencimento. Em paralelo, é construída também uma árvore representando o valor da opção a cada período. O valor da opção é determinado de forma retroativa ("<i>backwards</i>"), isto é, partindo da maturidade. No período final, a regra de decisão do titular da opção é entre exercer ou não a opção.</p> <p>Modelo Monte Carlo</p> <p>A simulação de Monte Carlo é um método alternativo popular que permite a incorporação de diversas fontes de incerteza. Esse método compreende a execução de algumas etapas como (1) determinar os processos de incerteza e geração de <i>inputs</i> a partir da amostra das distribuições das variáveis de entrada, (2) realizar operações matemáticas com os <i>inputs</i> de forma a gerar os <i>outputs</i>, (3) repetir os passos anteriores <i>n</i> vezes, de forma a obter <i>n outputs</i>, e (4) por meio dos resultados obtidos, calcular dados estatísticos, como médio e desvio padrão.</p> <p>O algoritmo de cálculo da simulação de Monte Carlo consiste em calcular o valor da opção no vencimento para cada trajetória de modo a obter a média dos valores. O valor da opção no tempo inicial é dado pelo valor presente da média encontrada.</p> <p>Tendo em vista que para as opções outorgadas sob o formato <i>Restricted Stock Options</i> a quantidade de Opções B disponível para exercício depende da quantidade de Opções A exercida, ainda mediante a aplicação de um ajuste multiplicador calculado em função da variação das metas de Valorização das ações da Companhia, o método de Monte Carlo foi adotado no apreamento das opções sob o formato mencionado.</p>	
b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	
<i>Data de cálculo</i>	

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o Valor de Mercado base para cálculo dos preços de exercício.

Preço de exercício

Outorgas tradicionais:

O preço de exercício nas outorgas sob o formato tradicional foi corrigido monetariamente pela variação do índice IGP-M e acrescido de juros de 3% a 6% ao ano, até 6 de maio de 2010. De modo a incorporar essa condição contratual, o preço de exercício foi corrigido periodicamente ao longo da árvore binomial, de modo que no momento do exercício o valor desembolsado se refere ao montante corrigido, até o instante em que as regras correspondentes foram aplicadas.

A curva do índice de inflação foi obtida pelas Taxas Referenciais publicadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (atual denominação da BM&FBOVESPA), tendo sido interpolada para os respectivos vencimentos. O método adotado foi o da interpolação linear.

Outorgas no formato Restricted Stock Options:

O preço de exercício para as outorgas sob o formato de Restricted Stock Options é (i) calculado a partir do Valor de Mercado, para Opções A e (ii) R\$0,01 para Opções B, sem correção ao longo do tempo.

Outorgas no formato Phantom Shares:

Não se aplica às *Phantom Shares* um preço de exercício, mas para que o custo do Programa fosse contabilizado, foi considerado o preço R\$0,00 para este modelo.

Volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações da Companhia

Prazo de vida da opção

Outorgas tradicionais:

Para as outorgas realizadas sob o formato tradicional, se os Beneficiários destinarem um percentual do bônus anual para a aquisição das opções de um determinado lote, o prazo contratual para exercício das opções deste lote é de 10 anos a contar da data em que os lotes se tornaram exercíveis, ou seja, além do prazo de carência, que pode variar de acordo com o Programa em questão (com exceção dos Programas 2015 e 2016, onde o prazo máximo para exercício das opções é de 3 anos a partir do término da carência – o mesmo tratamento foi dado para as *Phantom Shares*). Caso não haja destinação do bônus, os lotes porventura já incorporados (isto é, que já possam ser exercidos) terão prazo de 3 anos para serem exercidos.

Outorgas no formato Restricted Stock Options:

Para estas outorgas, a vida das opções foi obtida a partir do prazo contratual de carência das opções (isto é, a partir do qual as opções se tornam disponíveis para exercício), visto que, sob o formato de *Restricted Stock Options*, as opções são do tipo europeia, isto é, exercíveis somente a partir de uma data determinada e por prazo relativamente curto. Para mais informações referentes aos prazos de vida das opções outorgadas no formato *Restricted Stock Options*, vide demais subitens do Item 13.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Essa variável é calculada a partir do histórico de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Observa-se empiricamente que as opções são exercidas antecipadamente por parte dos titulares em relação ao prazo de vida da opção, no caso de outorgas tradicionais. Este comportamento se deve a diversos motivos, como, por exemplo, a necessidade de liquidez pessoal e a impossibilidade de proteção patrimonial (*hedge*).

Neste sentido, a Companhia, de modo a incorporar essa particularidade, adotou a premissa de que as opções serão exercidas a partir do momento em que os lotes se tornarem livres para exercício, isto é, forem incorporados, pelo decurso do respectivo prazo de carência. Desta forma, a vida da opção adotada nos cálculos varia de 1 a 6 anos, conforme o número de lotes e os correspondentes prazos de carência em que as opções estejam divididas, uma vez que os Beneficiários não podem exercer opções de qualquer tipo antes do decurso do prazo de carência. Além disso, não foram considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados previstos em caso de falecimento ou invalidez do Beneficiário, ou eventos societários.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada, foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações da Companhia.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Período de carência ("vesting period")

Durante o período de carência, as opções não podem ser exercidas pelos Beneficiários. Para as opções outorgadas sob o formato tradicional e *phantom shares*, essa condição foi incluída nos cálculos ao se tratar as opções como do tipo europeia (que somente podem ser exercidas a partir de uma certa data) enquanto ainda não incorporadas. Após a incorporação, as opções passam a ser do tipo americana (isto é, exercíveis a qualquer momento até um prazo final extintivo).

Restrição para venda ("lock-up")

Contratualmente, para as opções A outorgadas no modelo *Restricted Stock Options*, existe uma restrição para a venda das ações adquiridas mediante o exercício das opções. Esta restrição, também denominada período de *lock-up*, variou de 1 a 2 anos, conforme as condições específicas de cada Programa.

Essa restrição implica diminuição no valor das ações para o Beneficiário, tendo em vista que as ações são ilíquidas no momento do exercício das opções. De forma a considerar essa característica, foi aplicado um desconto por falta de liquidez no preço das ações pelo método da "*protective put*". Conforme este método, o valor de uma opção de venda (*put*) europeia com prazo igual ao período de *lock-up* é calculado, assumindo volatilidades e taxas livres de risco idênticas às utilizadas em cada plano. O valor encontrado para essa opção de venda é então dividido pelo valor da ação na data da outorga, de forma a encontrar um percentual de desconto. Esse desconto é finalmente aplicado sobre as opções, diminuindo-se seu valor respectivo.



Esta metodologia não é mais aplicável aos programas tradicionais, já que, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011, todas as restrições para transferência e venda foram liberadas a partir desta data para ações já adquiridas e ações que venham a ser adquiridas, nos Programas em questão.

13.10. INFORMAÇÕES SOBRE PLANOS DE PREVIDÊNCIA CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

Não aplicável, considerando que não foram conferidos aos membros do conselho de administração e diretores estatutários quaisquer planos de previdência.



13.11. REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA, MÍNIMA E MÉDIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº total de membros	5	4.5	5,17	9	5.5	7,00	2	2.83	3,00
Nº de membros remunerados	5	4.5	5,17	11	5.5	7,00	2	2.83	3,00
Valor da maior remuneração (R\$)	80.000,00	1,045,192	2.428.106,90	25.000,00	241,085	365.140,80	6.000,00	86,400	81.000,00
Valor da menor remuneração (R\$)	40.000,00	171,291	2.428.106,90	10.000,00	57,865	234.057,60	6.000,00	28,800	81.000,00
Valor médio da remuneração (R\$)	57.500,00	1,192,668	1.485.096,94	13.600,00	275,766	290.236,11	6.000,00	87,983	81.000,00
Observações:									
Diretoria Estatutária									
31/12/2019	Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações da Diretoria Estatutária (custo contábil). 1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão. 2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior. 3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.								
31/12/2018	Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações da Diretoria Estatutária (custo contábil). 1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão. 2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior. 3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.								



31/12/2017	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações da Diretoria Estatutária (custo contábil).</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.</p>
Conselho de Administração	
31/12/2019	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa do Conselho de Administração.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.</p>
31/12/2018	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa do Conselho de Administração.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.</p>
31/12/2017	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa do Conselho de Administração.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.</p>
Conselho Fiscal	



31/12/2019	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa do Conselho Fiscal.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.</p>
31/12/2018	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa do Conselho Fiscal.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.</p>
31/12/ 2017	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa do Conselho Fiscal.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.</p>



13.12. MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA

Não há.

13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DETIDOS POR ADMINISTRADORES E MEMBROS QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES

Não há.

13.14. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, RECEBIDA POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM

Não há.

13.15. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL RECONHECIDA NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADE SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR:

Não há.

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Incentivos de longo prazo na forma de outorga de opções

Os valores apresentados como incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e *Phantom Shares*, refletem o custo contábil do(s) programa(s) outorgado(s) neste exercício ou previsto(s) para ser(em) outorgado (s) que será(ão) amortizado(s) gradualmente durante o período de carência e, portanto apresentados em nossas demonstrações financeiras. Estes valores são calculados no momento da outorga através dos modelos de precificação Binomial (*Programas de Stock Options*) e Monte Carlo (*Programas Restricted Stock Options*) e os custos calculados são amortizados ao longo do tempo (em sua maioria, 4 anos). Os valores apresentados não representam ganhos aferidos pelos beneficiários.

ANEXO III – INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela / 12.6 Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Nome	Denise dos Passos Ramos	João Antonio Lopes Filho
Data de Nascimento	30/01/1975	12/08/1963
Profissão	Advogada	Economista
CPF/MF ou Passaporte	042.842.797-93	022.485.438-08
Cargo eletivo a ser ocupado	Membro do Conselho de administração	Membro do Conselho de administração
Data da eleição	30.04.2020	30.04.2020
Data da posse	Até 30.05.2020	Até 30.05.2020
Prazo do Mandato	Até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2021	Até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2021
Outros cargos ou funções exercidos	Não Aplicável	Não Aplicável
Indicado/Eleito pelo controlador	Não	Não
É membro independente	Sim, segundo critérios do Novo Mercado	Sim, segundo critérios do Novo Mercado
Número de mandatos consecutivos	1	1
Percentual de participação nas reuniões realizadas	100,0%	100,0%



Denise dos Passos Ramos - 042.842.797-93

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Especialização em Direito Contratual pela Fundação Getúlio Vargas. Especialização em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mais de 20 anos de carreira, tendo atuado como advogada do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A, exerceu o cargo de Assessora Jurídica Operacional na Diretoria Jurídica da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Foi responsável pelo departamento jurídico da Petroflex Indústria e Comércio S.A – uma empresa do grupo Lanxess Energizing Chemistry. Atualmente, ocupa o cargo de Diretora Executiva na empresa Alberta Albko Ltda.

João Antonio Lopes Filho - 022.485.438-08

Sócio fundador da Portcapital e gestor do Fundo Aespoespacial. Foi sócio do Banco Fator S.A. de 1994 à 2008, responsável pela divisão de Corporate Finance, Fusões e Aquisições, Mercado de Capitais e Private Equity. Foi responsável pelo Fundo de Venture Capital entre 1999-2006 (Fundo de Empresas Emergentes de Santa Catarina). Foi membro do Conselho de Administração da Trafo Equipamentos Elétricos S.A. de 2003 a 2007. Foi sócio-Diretor da Trevisan Auditores Independentes, tendo desenvolvido a Área de Assessoria em Fusões, Aquisições e Privatizações e coordenado as Áreas de Assessoria em Recursos Humanos, Produtividade, Qualidade e Treinamento. Foi auditor da Price Waterhouse, tendo participado de auditorias em grandes bancos e empresas multinacionais. É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie e Gestor de Fundos na CVM.

Todos os candidatos declararam, individualmente e para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreram (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda (iii) qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Os membros ora indicados não atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões

realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Os membros ora indicados não atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável pois não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre administradores da Companhia ou de controladas diretas ou indiretas da Companhia.

Além disso, nos termos do Código de Ética da Companhia, não é permitido contratar familiares de empregados em 1º grau (pai, mãe, irmãos, filhos), cônjuge, primos, tios e sobrinhos para trabalhar na Companhia ou nas controladas diretas ou indiretas da Companhia. O relacionamento estável entre empregados da Companhia ou controladas diretas ou indiretas também não é permitido.

Com relação à controladores diretos ou indiretos, também não é aplicável uma vez que a Companhia possui capital pulverizado e não há controladores.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável pois não há relações de subordinação ou controles entre administradores e controladas, não havendo controladores por se tratar de Companhia com capital difuso.

No caso de prestação de serviços, o Código de Ética da Companhia proíbe qualquer relação de prestação de serviço entre fornecedores, clientes, devedores ou credores da Companhia com seus administradores, funcionários e familiares de funcionários em 1º grau (pai, mãe, irmãos, filhos), cônjuge, primos, tios e sobrinhos. Não é permitido ainda contratar empresas ou consultorias pertencentes a ex-funcionários desligados há menos de um ano da Companhia.



Adicionalmente, o Comitê de Auditoria é responsável pelo estabelecimento de diretrizes para contratação, pela Companhia, de empregados ou ex-empregados do auditor independente.



ANEXO IV – INFORMAÇÕES DA REDUÇÃO DE CAPITAL

(conforme anexo 16 da ICVM 481)

1. Informar o valor da redução e do novo capital social

Os prejuízos acumulados da Companhia, eram, em 31.12.2019, equivalentes a R\$ 2.585.032.921,91, assim, após a redução, o capital social será de R\$ 341.247.396,23.

2. Explicar, pormenorizadamente, as razões, a forma e as consequências da redução

A proposta de redução de capital tem por objetivo sanear o balanço da Companhia, tornando-a apta a distribuir dividendos uma vez que o resultado da Companhia assim permita.

3. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, caso esteja em funcionamento, quando a proposta de redução do capital social for de iniciativa dos administradores

Não aplicável. Não há Conselho Fiscal atualmente instalado.

4. Informar, conforme o caso: (a) o valor da restituição por ação; (b) o valor da diminuição do valor das ações à importância das entradas, no caso de capital não integralizado; ou (c) a quantidade de ações objeto da redução

Não aplicável, visto que a redução será realizada por absorção de prejuízos.



ANEXO V – INFORMAÇÕES DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

(conforme art. 11 da ICVM 481)

Atual art. 5º	Redação Proposta	Descrição
Art. 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 2.521.318.365,26, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 44.757.914 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Art. 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 341.247.396,23, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 120.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Alteração para refletir a redução de capital por absorção de prejuízos acumulados. O ajuste também leva em conta o aumento de capital social homologado pelo Conselho de Administração em 15 de agosto de 2019, em que o capital da Companhia constava como R\$2.926.280.318,14, dividido em 120.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Estatuto Social Consolidado

GAFISA S.A.
CNPJ/ME nº 01.545.826/0001-07
NIRE 35.300.147.952
Companhia Aberta
ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º. A Gafisa S.A. (a “Companhia”) é uma companhia aberta, que se rege por este Estatuto Social, pelo seu Código de Ética e Conduta e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Art. 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação do conselho de administração ou da diretoria,



alterar o endereço da sede social, bem como abrir, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios, depósitos, agências de representação e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior.

Art. 3º. A Companhia tem por objeto: (i) a promoção e a incorporação de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, nestes últimos como construtora e mandatária; (ii) a alienação e aquisição de imóveis de qualquer natureza; (iii) a construção civil e a prestação de serviços de engenharia civil; e (iv) o desenvolvimento e a implementação de estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios e de terceiros.

Parágrafo Único. A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades, no Brasil ou no exterior, mediante deliberação do conselho de administração, exceto na hipótese prevista no §1º do Art. 30, em que não haverá necessidade da prévia aprovação do conselho de administração.

Art. 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 341.247.396,23, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 120.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º. Corre por conta dos acionistas o custo dos serviços de transferência de ações que for cobrado pelo agente escriturador, observados os limites eventualmente fixados na legislação vigente.

§2º. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

§3º. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

§4º. Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no Art. 45 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”).

Art. 6º. O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do conselho de administração, que fixará as condições da emissão, até o limite de 71.031.876 de ações ordinárias.

Parágrafo Único. A Companhia pode, dentro do limite de capital autorizado e por deliberação da assembleia geral, outorgar opção de compra de ações em favor (i) de seus administradores e empregados, ou (ii) de pessoas naturais que prestem serviços a ela ou a sociedade sob seu controle.

Art. 7º. A Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos Arts. 257 a 263 da Lei das Sociedades por Ações.



Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do Art. 171 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Art. 8º. A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim o exigirem.

§1º. A assembleia geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas.

§2º. A assembleia geral será instalada e presidida (i) pelo presidente do conselho de administração ou, (ii) em sua ausência ou impedimento, por outro conselheiro, diretor ou acionista indicado por escrito pelo presidente do conselho de administração ou, (iii) na hipótese de ausência ou impedimento do presidente do conselho de administração e não ocorrendo a indicação prevista no item (ii), por pessoa indicada dentre os acionistas presentes. O presidente da assembleia geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

§3º. Antes de instalar-se a assembleia geral, os acionistas assinarão o “Livro de Presença de Acionistas”, informando seu nome e residência e a quantidade de ações de que forem titulares.

§4º. A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo presidente da mesa, logo após a instalação da assembleia geral.

§5º. Os acionistas que comparecerem à assembleia geral após o encerramento da lista de acionistas presentes poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

§6º. As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no caput do Art. 9º, parágrafo único.

Art. 9º. Além das matérias previstas em lei, caberá à assembleia geral:

- (a) dispensar a realização de oferta pública de aquisição ações, como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado;
- (b) resolver os casos omissos no presente Estatuto Social, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações, respeitadas as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - A deliberação a que se refere o item (b) deste Artigo deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação presentes à assembleia, não se computando os votos em branco, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em



circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação.

Art. 10. A assembleia geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista ou grupo de acionistas que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

§1º. Os acionistas que representem 5%, no mínimo, do capital social, poderão convocar a assembleia geral mencionada no caput deste Art. 10 quando o conselho de administração não atender, no prazo de 8 dias, a pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista ou grupo de acionistas inadimplente.

§2º. Caberá à assembleia geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedir informações, assegurados em lei.

§3º. A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO IV.I. – REGRAS GERAIS

Art. 11. A administração da Companhia compete ao conselho de administração e à diretoria.

Art. 12. Os membros do conselho de administração e da diretoria devem ser investidos nos respectivos cargos dentro de trinta dias a contar das respectivas datas de nomeação, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual tiverem sido eleitos, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Art. 54 deste Estatuto Social, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Único. A posse dos membros do conselho de administração e da diretoria estará condicionada, sem prejuízo do atendimento aos requisitos legais aplicáveis à adesão ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

Art. 13. A assembleia geral fixará, de forma individual ou global, a remuneração dos administradores e dos membros dos comitês de assessoramento da Companhia. Havendo a fixação de forma global, caberá ao conselho de administração definir os valores a serem pagos individualmente. Caberá também ao conselho de administração distribuir, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela assembleia geral.

Art. 14. No desempenho de suas funções e como parâmetro do cumprimento de seus deveres e responsabilidades legais, os órgãos da administração da Companhia deverão se pautar estritamente pela observância dos seguintes princípios e diretrizes, sem prejuízo de outros que venham a ser sugeridos pelo



Comitê de Governança Corporativa e Remuneração e aprovados pelo conselho de administração:

- (a) a administração da Companhia será desempenhada de forma profissional, alinhada com o interesse dos acionistas, porém sem vinculação ao interesse particular de qualquer acionista ou grupo de acionistas individualmente considerado;
- (b) os poderes conferidos aos órgãos da administração por este Estatuto Social, em especial aqueles que digam respeito às normas para indicação dos candidatos ao conselho de administração e à apreciação dos termos de oferta pública para aquisição de ações, serão exercidos em estrita consonância com o melhor interesse da Companhia, dos seus acionistas como um todo e com os demais princípios aqui estabelecidos;
- (c) a existência dos poderes referidos na alínea (b) acima tem como fundamento o interesse dos acionistas como um todo, e a sua única função é o atendimento e a maximização de tais interesses, caso sejam necessários em vista da continuidade da Companhia e geração de valor no longo prazo;
- (d) os poderes referidos na alínea (b) acima não poderão ser utilizados, em hipótese alguma, em benefício particular de qualquer acionista, grupo de acionistas ou administrador ou grupo de administradores;
- (e) os poderes e seus objetivos elencados acima não serão entendidos como, e não têm a função de servir de óbice à formação de um poder de controle por acionista ou grupo de acionistas definido, devendo o conselho de administração exercer suas competências previstas no Art. 51 de maneira a permitir que a eventual formação de um poder de controle seja propícia a gerar maior valor aos acionistas da Companhia, no horizonte de tempo que entender que atenda ao melhor interesse dos acionistas considerados como um todo;
- (f) a administração da Companhia será desempenhada de forma transparente, com ampla prestação interna e externa das informações exigidas pelas normas legais, regulamentares ou por este Estatuto Social;
- (g) o estrito cumprimento da lei, das normas contábeis e dos mais rígidos padrões de ética será observado por todos os membros da administração da Companhia no desempenho de suas funções, sendo eles responsáveis por garantir que os demais empregados e colaboradores da Companhia e de suas controladas atendam aos mesmos padrões;
- (h) a remuneração dos membros da administração da Companhia e dos seus empregados de alto escalão deverá incentivar sobretudo a geração de resultados e a criação de valor no longo prazo, bem como a retenção de talentos, devendo ser estruturada de maneira a impedir qualquer tipo de privilégio, distorção com relação aos padrões do mercado ou mecanismo que dificulte ou prejudique a consecução do interesse social;
- (i) a administração será responsável por desenvolver políticas e práticas internas aptas a atrair e reter os melhores talentos e fazer com que a Companhia



disponha de recursos humanos altamente qualificados, também incentivando o cumprimento de metas e promovendo a meritocracia; e

(j) nenhum membro da administração poderá ter acesso a informações, participar de reuniões de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia ou quando possa ser particularmente beneficiado sob qualquer forma.

SEÇÃO IV.II. – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição

Art. 15. O conselho de administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos (podendo ser eleitos suplentes), todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 16. Dos membros do conselho de administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s), na hipótese de haver acionista controlador, o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo Art. 141, §§ 4º e 5º e Art. 239 da Lei das Sociedades por Ações.

§1º. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no caput deste Art. 16, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§2º. Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados na mesma pessoa.

Funcionamento

Art. 17. O conselho de administração terá um presidente, que será eleito por maioria dos votos dos conselheiros efetivos. Ocorrendo impedimento ou ausência temporária do presidente, a presidência será assumida pelo membro designado previamente pelo presidente ou, na falta de designação prévia, por quem os demais conselheiros vierem a designar.

§1º. Nos termos do Art. 150, da Lei das Sociedades por Ações, em caso de vacância de membro efetivo do conselho de administração que não resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado em assembleia geral, os membros remanescentes do conselho de administração, assessorados pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, poderão (i) nomear um substituto, o qual permanecerá no cargo até a primeira assembleia geral que se realizar após aquela data, ocasião em que esta elegerá o novo conselheiro para completar o mandato; ou (ii) optar por deixar vago o cargo do membro vacante, desde que seja respeitado o número de membros previsto no caput deste Artigo. A vacância



de um conselheiro independente somente poderá ser suprida por outro conselheiro independente.

§2º. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do conselho de administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 dias contados do evento, assembleia geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

§3º. Para os fins deste Estatuto Social, considerar-se-á ocorrida a vacância em caso de morte, incapacidade permanente, renúncia, destituição ou ausência injustificada por mais de três reuniões consecutivas.

§4º. Observado o disposto no caput deste Artigo quanto ao presidente, em caso de ausência temporária de membros do conselho de administração, estes serão substituídos por outro conselheiro indicado pelo conselheiro ausente, munido de procuração com poderes específicos. Nesta última hipótese, o conselheiro que estiver substituindo o conselheiro ausente, além de seu próprio voto, expressará o voto do conselheiro ausente. A ausência de um conselheiro independente somente poderá ser suprida por outro conselheiro independente.

Art. 18. O conselho de administração reunir-se-á pelo menos bimestralmente. As reuniões do conselho de administração são convocadas pelo presidente, ou por pelo menos 2 conselheiros efetivos, mediante convocação escrita, contendo, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia. As reuniões do conselho de administração serão convocadas com no mínimo 5 dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do conselho de administração.

Art. 19. O quórum de instalação das reuniões do conselho de administração será de 4 membros. As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes à reunião, cabendo ao presidente, além do seu voto pessoal, o voto de desempate.

§1º. As decisões do conselho de administração constarão de ata que será assinada pelos conselheiros presentes à reunião.

§2º. Os conselheiros poderão participar das reuniões do conselho de administração por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao presidente por carta, fac-símile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o presidente ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido conselheiro.

§3º. O diretor presidente deverá comparecer a todas as reuniões do conselho de administração, prestando os esclarecimentos que forem necessários.

Competência

Art. 20. Compete ao conselho de administração, sem prejuízo das demais competências atribuídas por lei e por este Estatuto Social:



- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) definir as diretrizes estratégicas que devem nortear a elaboração do orçamento anual e do plano de negócios da Companhia, a serem elaborados pela diretoria;
- (c) aprovar o orçamento anual operacional e o plano de negócios da Companhia, bem como quaisquer eventuais alterações dos mesmos (sendo certo que, enquanto não for aprovado novo orçamento ou plano, o orçamento ou plano previamente aprovado prevalecerá);
- (d) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, na forma do disposto no Art. 13 do presente Estatuto Social;
- (e) indicar chapa para a eleição do conselho de administração;
- (f) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto Social e garantindo que os cargos sejam sempre ocupados por pessoas preparadas, familiarizadas com as atividades da Companhia e de suas controladas, e aptas a implementar seus planos de negócios, seus objetivos de longo prazo, e a garantir a continuidade da Companhia;
- (g) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos;
- (h) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) dos administradores e dos ocupantes de cargos de direção da Companhia;
- (i) orientar os votos relacionados à remuneração global dos administradores a serem proferidos pelo representante da Companhia nas assembleias gerais das sociedades de que a Companhia participe, exceto as subsidiárias integrais ou sociedades de propósito específico;
- (j) de acordo com plano aprovado pela assembleia geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga da opção de compra ou na subscrição das ações;
- (k) convocar a assembleia geral;
- (l) submeter à assembleia geral proposta de alteração deste Estatuto Social;
- (m) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria, bem como autorizar a distribuição de dividendos intermediários;
- (n) atribuir aos administradores da Companhia a sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, incluindo



balanços intermediários, respeitadas as limitações e disposições estatutárias e legais;

(o) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;

(p) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

(q) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição até o limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão, definindo ainda se será concedida preferência na subscrição aos acionistas na hipótese prevista no Art. 7º deste Estatuto Social;

(r) deliberar sobre a emissão de debêntures de quaisquer espécies e características e com quaisquer garantias, observado, no caso de debêntures conversíveis em ações, o limite de autorização para emissão de ações ordinárias previsto no Art. 6º deste Estatuto Social;

(s) aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento;

(t) aprovar os negócios ou contratos de qualquer natureza entre a Companhia e seus acionistas e/ou administradores, bem como entre a Companhia e os sócios controladores, direta ou indiretamente, dos acionistas da Companhia, exceto se previsto no orçamento anual ou no plano de negócios então em vigor;

(u) autorizar previamente: (i) a celebração, pela Companhia, de quaisquer contratos, incluindo, exemplificativamente, para a aquisição de participações societárias ou ativos; ou (ii) a concessão, pela Companhia, de empréstimo, financiamento ou garantia real ou fidejussória em favor de suas sociedades controladas (à exceção de sociedades de propósito específico de cujo capital total e votante a Companhia seja titular de 90% ou mais) ou de terceiros, sempre que, em quaisquer das hipóteses descritas nos itens (i) ou (ii), as operações sejam contratadas por período superior a 48 (quarenta e oito) meses (à exceção daqueles com concessionárias de serviços públicos ou outros que obedeçam a condições uniformes, que não estarão sujeitas à prévia aprovação do conselho de administração nesta hipótese) ou cujo valor supere o maior valor entre R\$15.000.000,00 ou 1,5% do ativo consolidado total da Companhia (“Valor de Referência”);

(v) autorizar a aquisição, alienação, transferência, cessão, oneração ou outra forma de disposição, a qualquer título, incluindo conferência ao capital de outra sociedade, de parte substancial do ativo não-circulante da Companhia, como tal entendendo-se o conjunto de ativos da Companhia sobre os quais a sua atividade está baseada, em valores superiores ao Valor de Referência (conforme definido no item (u) acima) e que não estejam previstos no orçamento anual;

(w) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;



(x) manifestar-se previamente, tornando público o seu parecer e atendendo às regras dispostas no Art. 51 deste Estatuto Social, sobre os termos de qualquer oferta pública tendo por objeto a aquisição das ações de emissão da Companhia, seja tal oferta formulada na forma da lei ou da regulamentação vigente, ou ainda de acordo com o Art. 46 deste Estatuto Social; e

(y) analisar, no mínimo anualmente, relatório resumido elaborado pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

SEÇÃO IV.III. – DIRETORIA

Art. 21. A diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Art. 22. A diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que necessário, a critério do diretor presidente, que também presidirá a reunião, para tratar de aspectos operacionais ou estratégicos.

Parágrafo Único. A reunião da diretoria instalar-se-á com a presença de diretores que representem a maioria dos membros da diretoria.

Art. 23. Ocorrendo vacância de cargo de diretor, ou impedimento do titular, caberá ao conselho de administração eleger um novo diretor ou designar o substituto dentre os diretores restantes, fixando, em qualquer dos casos, o prazo de gestão e os respectivos vencimentos.

Art. 24. A diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo conselho de administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 25. Os diretores da Companhia adotarão as designações de diretor presidente, diretor de relações com investidores, diretor executivo financeiro e diretor executivo operacional, podendo haver cumulação de funções.

Art. 26. Compete ao diretor presidente:

(a) submeter à aprovação do conselho de administração os planos de trabalho e orçamento anuais e/ou quinquenais, os planos de investimento e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados;

(b) submeter à apreciação do conselho de administração, após manifestação do Comitê de Auditoria e do conselho fiscal, este último quando instalado, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, responsabilizando-se pelo seu conteúdo;

(c) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, com base na orientação geral do conselho de administração;

(d) estabelecer os critérios para a execução das deliberações da assembleia geral e do conselho de administração, com a participação dos demais diretores;

(e) coordenar e superintender as atividades da diretoria, convocando e presidindo suas reuniões;



- (f) desenvolver, em conjunto com o Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, os planos de sucessão a que se refere o Art. 36, alínea (I), deste Estatuto Social;
- (g) comparecer às reuniões do conselho de administração e da assembleia geral, na forma prevista neste Estatuto Social e na legislação aplicável;
- (h) representar a Companhia perante acionistas, investidores, clientes, imprensa, sociedade e órgãos legais, empresariais e governamentais, resguardando os interesses da organização e zelando pela sua imagem; e
- (i) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, assim como demais atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho de administração.

Art. 27. Compete ao diretor de relações com investidores, além de outras atribuições definidas pelo conselho de administração, a prestação de informações aos investidores, à CVM e à B3, bem como manter atualizado o registro, formulários, cadastros e demais documentações societárias exigidas da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e de outros órgãos reguladores ou autorreguladores.

Art. 28. Compete ao diretor executivo financeiro:

- (a) responder pelo controle e gestão orçamentária da Companhia, acompanhando indicadores e analisando relatórios para consolidação do orçamento, visando garantir o alcance das metas de orçamento e prover informações gerenciais de qualidade;
- (b) submeter à apreciação do conselho de administração, após manifestação do Comitê de Auditoria e do conselho fiscal, este último quando instalado, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, responsabilizando-se pelo seu conteúdo;
- (c) assegurar que a área de controladoria, envolvendo o controle de gestão e de custos, forneça indicadores para tomadas de decisões, detectando fatores que possam influir nos resultados da Companhia;
- (d) responder pelo controle do fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos, visando maximizar o resultado financeiro, dentro dos níveis de risco previamente estabelecidos pela Companhia;
- (e) assegurar a eficiência no controle das operações de financiamentos bancários dos clientes (repasse bancário) no menor prazo possível, responsabilizando-se pelo pagamento de tributos e supervisão dos procedimentos;
- (f) realizar estudos de viabilidade de investimentos em novos negócios, fusões e aquisições, com o objetivo de suportar a tomada de decisões;
- (g) assegurar a correta gestão dos recursos financeiros da Companhia, assim como a relação entre ativos e passivos, através da análise do risco de variação do custo do passivo, a fim de garantir a saúde financeira da Companhia;

- (h) definir estratégias e diretrizes para a Companhia, através do planejamento anual das ações e elaboração do orçamento, em conjunto com os demais diretores, visando o alcance das metas estabelecidas pela Companhia;
- (i) participar das reuniões de diretoria (Art. 22) para tomar decisões e definir estratégias, visando ao desenvolvimento e sucesso da Companhia; e
- (j) representar a Companhia perante acionistas, investidores, clientes, imprensa, sociedade e órgãos legais, empresariais e governamentais, resguardando os interesses da organização e zelando pela sua imagem.

Art. 29. Compete ao diretor executivo operacional, além de outras atribuições definidas pelo conselho de administração:

- (a) promover o desenvolvimento das atividades da Companhia, observado seu objeto social, em complementação às atividades dos demais diretores;
- (b) coordenar as atividades da Companhia e de suas controladas, observadas as funções e responsabilidades dos demais diretores;
- (c) coordenar a atuação de sua área e responsabilidades específicas com a dos demais diretores;
- (d) garantir a execução de projetos, através do planejamento, gestão e acompanhamento das obras, com objetivo de garantir o cumprimento do cronograma físico e financeiro, assegurando o padrão de qualidade estabelecido pela Companhia e dentro das diretrizes ambientais regulamentadas;
- (e) captar e desenvolver negócios, por meio da identificação, estudos de mercado e inteligência competitiva e prospecção de mercado, com o objetivo de manter a competitividade e lucratividade da Companhia;
- (f) responsabilizar-se pela gestão técnica nacional através do monitoramento de todo o acervo técnico englobando projetos, custos, logística, planejamento, segurança e sustentabilidade com o objetivo de garantir a evolução dos projetos de acordo com o cronograma físico e financeiro estabelecido;
- (g) responsabilizar-se pelos estudos de mercado através da identificação dos fatores regionais, análises de viabilidade econômica e física para desenvolvimento do projeto, com o objetivo de subsidiar a aquisição do terreno;
- (h) submeter as compras de terrenos e/ou participações em empreendimentos à aprovação pelos comitês executivos ou de assessoramento do conselho de administração, eventualmente constituídos para esta finalidade;
- (i) acompanhar o andamento dos projetos e suporte às obras, envolvendo desde fase preliminar até a entrega da obra, com o objetivo de colaborar para o alcance do resultado estabelecido em termos de qualidade, retorno financeiro e satisfação do cliente;
- (j) garantir a correta observação e cumprimento da legislação e requisitos ambientais em compra de terrenos, compra de participações ou lançamentos de empreendimentos;



- (k) garantir a correta entrega dos empreendimentos aos clientes, responsabilizando-se pela entrega de toda a documentação legal pertinente, observando as diretrizes estabelecidas pela Companhia;
- (l) responsabilizar-se pela criação e desenvolvimento de novos produtos, em abrangência nacional através de análises mercadológicas, inovação, estudos de viabilidade técnica, interagindo com demais áreas envolvidas no processo com o objetivo de lançar produtos diferenciais no mercado;
- (m) monitorar o mercado nacional e internacional, sobretudo nas empresas concorrentes, no que se refere ao desenvolvimento de novas tecnologias e/ou novas práticas ou produtos, buscando manter a competitividade da Companhia;
- (n) definir as diretrizes de novas parcerias ou sociedades para viabilizar novos empreendimentos, observando as políticas e estratégias previamente estabelecidas pela Companhia;
- (o) definir diretrizes para a homologação de novos parceiros na área de construção, responsabilizando-se pelo acompanhamento dos custos, prazos e qualidade dos serviços prestados por estes parceiros, bem como pela gestão ambiental do parceiro e levantamento de toda a documentação pertinente a ser apresentada;
- (p) realizar a gestão orçamentária das áreas da Companhia sob sua responsabilidade, através do acompanhamento e monitoramento periódico de gestão e de custos, visando garantir o cumprimento do orçamento estabelecido;
- (q) acompanhar e responder pelas variações nos sucessos e insucessos dos empreendimentos, nos resultados contratados e projetados, através de relatórios gerenciais, com o objetivo de realizar melhoras contínuas nos processos da Companhia;
- r) responsabilizar-se por manter a equipe em constante atualização e evolução técnica, além de promover a motivação destes profissionais;
- (s) posicionar a Companhia no mercado, através do desenvolvimento e manutenção de sua imagem e de seus produtos, a fim de manter a visibilidade juntos aos clientes atuais e potenciais; e
- (t) representar a Companhia perante clientes, imprensa, sociedade e órgãos legais, empresariais e governamentais, resguardando os interesses da organização e zelando pela sua imagem.

Art. 30. A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura de:

- (a) quaisquer dois diretores;
- (b) qualquer diretor em conjunto com um procurador com poderes específicos; ou
- (c) dois procuradores com poderes específicos.
- (c) dois procuradores com poderes específicos.



§1º. A representação da Companhia na constituição ou aquisição de participação societária em sociedades de propósito específico (“SPEs”) e/ou consórcios que tenham por objeto o planejamento, promoção, incorporação, realização de receita e a venda de empreendimentos imobiliários dar-se-á na forma do disposto no caput deste Art. 30.

§2º. A Companhia poderá ser representada isoladamente por apenas um Diretor ou procurador com poderes específicos, sem as formalidades previstas neste Art. 30, na prática dos seguintes atos:

(a) para fins de citação ou notificação judicial, prestação de depoimento pessoal ou representação da Companhia em juízo e em processos administrativos;

(b) representação da Companhia em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe; e

(c) prática de atos de rotina administrativa, inclusive perante órgãos públicos, municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, ambientais, instituições financeiras, sociedades de economia mista, autarquias, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, Receita Federal, Caixa Econômica Federal, Caixa Seguros, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza, e cartórios em geral.

§3º. As procurações serão sempre outorgadas ou revogadas por quaisquer dois diretores, estabelecendo os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 2 (dois) anos.

§4º. O conselho de administração poderá autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas um Diretor ou um procurador regularmente constituído, ou, ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante.

SEÇÃO IV.IV. – COMITÊS CONSULTIVOS

Art. 31. O conselho de administração terá, como órgãos de assessoramento, um Comitê de Auditoria e um Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, que deverão, no âmbito de suas competências, fornecer subsídios às decisões do conselho de administração e, se este assim determinar, auxiliar a diretoria na implementação de políticas internas aprovadas pelo conselho de administração.

§1º. Por serem órgãos de assessoramento, as decisões dos comitês constituem recomendações ao conselho de administração, que devem vir acompanhadas do respectivo embasamento para decisão do conselho de administração.

§2º. O conselho de administração poderá determinar a criação de outros comitês de assessoramento, definindo a sua composição e atribuições específicas.

Art. 32. Os comitês consultivos deverão reunir-se regularmente, deliberando por maioria simples dos seus integrantes.



§1º. As reuniões dos comitês consultivos poderão se realizar de forma conjunta entre os comitês, ou ainda com o conselho de administração, caso assim se entenda necessário diante da natureza da matéria.

§2º. Cada comitê consultivo contará, dentre os seus membros, com um presidente, que deverá gerenciar as atribuições do comitê, organizando a pauta de suas reuniões, supervisionando a lavratura das atas correspondentes, informando o conselho de administração sobre os trabalhos do comitê e atuando junto à diretoria no auxílio necessário à implementação das políticas internas incluídas no âmbito de suas atribuições.

§3º. As deliberações e pareceres de cada comitê consultivo serão lavrados em livros a serem abertos e mantidos pela Companhia em sua sede.

§4º. No desempenho de suas funções, os comitês consultivos terão amplo acesso às informações de que necessitarem e disporão de estrutura administrativa adequada, bem como de recursos para contratação de assessoria independente, a seu critério e mediante as condições, inclusive de remuneração, que venham a ser diretamente contratadas pelos membros dos comitês consultivos.

§5º. Sempre que necessário, os membros da diretoria ou do conselho de administração poderão ser convidados a participar das reuniões dos comitês consultivos.

Comitê de Auditoria

Art. 33. O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração, é permanente e composto por, no mínimo, 3 (três) membros, todos eles conselheiros independentes, sendo que ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM, que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes.

§1º. Em qualquer caso, os membros do Comitê de Auditoria deverão preencher os requisitos estabelecidos no Art. 16 deste Estatuto Social, bem como os demais requisitos de independência e experiência em assuntos relacionados a contabilidade, auditoria, finanças, tributação e controles internos, exigidos pela *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) e pela New York Stock Exchange (“NYSE”), devendo no mínimo um dos membros ter vasta experiência em administração contábil e financeira.

§2º. Os membros do Comitê de Auditoria devem ser indicados pelo Comitê de Nomeação e Governança Corporativa e eleitos pelo conselho de administração, para um mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

§3º. É vedada a participação como membros do Comitê de Auditoria da Companhia de diretores, diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.



Art. 34. Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras funções que possam vir a ser atribuídas pelo conselho de administração ou que sejam exigidas pelas regras da SEC e da NYSE, sempre se reportando ao conselho de administração no exercício de suas funções:

- (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições à risco da Companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas;
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com a previsão de procedimentos específicos para a proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (g) recomendar os auditores independentes à elaboração ou divulgação de parecer de auditoria ou prestação de outros serviços correlatos de auditoria, revisão e certificação, aprovando sua remuneração e o escopo dos serviços contratados;
- (h) supervisionar o trabalho dos auditores independentes da Companhia;
- (i) revisar e aprovar o escopo do(s) plano(s) anual(ais) de auditoria dos auditores independentes;
- (j) avaliar as qualificações, atuação e independência dos auditores independentes;
- (k) estabelecer as diretrizes para contratação, pela Companhia, de empregados ou ex-empregados de empresa que tenha prestado serviços de auditoria à Companhia;
- (l) ao menos uma vez ao ano, avaliar o desempenho, responsabilidades, orçamento e quadro de pessoal da função de auditoria interna da Companhia, bem como revisar o plano de auditoria interna (incluindo a revisão das responsabilidades, orçamento e quadro de pessoal da função de auditoria interna da Companhia em conjunto com os seus auditores independentes);
- (m) revisar e discutir, com a administração da Companhia e com os auditores independentes, em reuniões conjuntas ou separadas, as demonstrações financeiras anuais auditadas;
- (n) revisar, juntamente com a administração da Companhia, as políticas gerais da Companhia sobre divulgação de resultados, bem como sobre as

orientações quanto a informações financeiras e lucros fornecidas a analistas e agências de classificação de risco de crédito, inclusive, em cada caso, o tipo de informação a ser divulgada e o tipo de apresentação a ser feita, com especial atenção ao uso de informações financeiras não previstas nos princípios de contabilidade geralmente aceitos;

(o) revisar periodicamente, com a administração da Companhia e com os auditores independentes, em reuniões conjuntas ou separadas: (i) quaisquer análises ou demais comunicações escritas elaboradas pela administração e/ou pelos auditores independentes, contendo questões relevantes sobre divulgação de informações financeiras ou entendimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras; (ii) as políticas e práticas contábeis críticas da Companhia; (iii) as operações com partes relacionadas, assim como as operações e estruturas não refletidas nas demonstrações financeiras; (iv) quaisquer questões relevantes relativas a princípios contábeis e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo quaisquer mudanças significativas na escolha ou aplicação de princípios contábeis pela Companhia; e (v) o efeito de iniciativas ou atos, aplicáveis à Companhia, por parte de autoridades administrativas ou encarregadas de disciplina contábil;

(p) revisar, juntamente com o diretor presidente e o diretor executivo financeiro, os controles e procedimentos de divulgação da Companhia, bem como os controles internos associados aos relatórios financeiros, incluindo a constatação de eventuais deficiências significativas e falhas relevantes na concepção ou operacionalização dos controles internos associados aos relatórios financeiros, as quais tenham probabilidade razoável de afetar a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e reportar informações financeiras, bem como qualquer fraude envolvendo membros da administração ou demais funcionários que desempenhem papel de relevo no controle interno associado a relatórios financeiros;

(q) apreciar, e discutir com os auditores independentes, quaisquer dificuldades ou problemas de auditoria, bem como a resposta da administração aos mesmos, tais como: (i) restrições ao escopo das atividades dos auditores independentes, ou ao acesso a informações solicitadas; (ii) ajustes contábeis que não tenham sido objeto de nota ou proposta pelo auditor, mas tenham sido analisados por ele devido à sua relevância ou por outro motivo; (iii) comunicações entre a equipe de auditoria e o escritório nacional da empresa de auditoria no que respeita a questões de auditoria ou contabilidade suscitadas pela contratação; e (iv) qualquer parecer à administração ou carta sobre controles internos emitida pelo auditor, ou que se pretenda seja emitida pelo auditor;

(r) resolver as divergências entre a administração e qualquer dos auditores independentes, no que respeita aos relatórios financeiros da Companhia;

(s) revisar as políticas e práticas da Companhia para avaliação de risco e gestão de risco, inclusive por meio da discussão com a administração das principais exposições a risco financeiro da Companhia, bem como as medidas implementadas para monitoramento e controle de tais exposições;



- (t) auxiliar o conselho de administração no desempenho das funções de fiscalização da diretoria;
- (u) revisar o Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como os procedimentos adotados para monitoramento de conformidade com o mesmo, incluindo procedimentos para recebimento, preservação e tratamento de reclamações recebidas pela Companhia com relação a matéria contábil, de auditoria ou de controles contábeis internos, assim como procedimentos para encaminhamento pelos empregados da Companhia, em caráter anônimo e confidencial, de preocupações acerca de assuntos questionáveis em matéria de contabilidade ou auditoria;
- (v) fiscalizar, anualmente, o atendimento à legislação aplicável e ao Código de Ética e Conduta, inclusive por meio da revisão de quaisquer relatórios elaborados por advogados que representem a Companhia, abordando infração relevante da lei ou quebra de dever fiduciário;
- (w) apreciar eventuais conflitos de interesses envolvendo os membros do conselho de administração da Companhia, bem como fornecer opinião sobre a possibilidade ou não de quaisquer de tais conselheiros votarem qualquer matéria que possa ensejar conflito de interesses; e
- (z) apreciar quaisquer reclamações acerca de matérias contábeis, de auditoria e de controles contábeis internos recebidas de acordo com os procedimentos acima referidos.

Comitê de Governança Corporativa e Remuneração

Art. 35. O Comitê de Governança Corporativa e Remuneração é permanente e composto por pelo menos 3 membros, todos eles conselheiros independentes.

§1º. É desejável que ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Governança Corporativa e Remuneração tenha experiência prévia em administração de recursos humanos e no desempenho de funções relativas ao estabelecimento de políticas de remuneração, metas corporativas e atração e retenção de pessoal.

§2º. Os membros do Comitê de Governança Corporativa e Remuneração devem ser eleitos pelo conselho de administração para um mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

Art. 36. Compete ao Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, além de outras funções que possam vir a ser atribuídas pelo conselho de administração:

- (a) propor ao conselho de administração e revisar anualmente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores da Companhia, aos membros dos comitês consultivos e demais órgãos de assessoramento do conselho, bem como aos funcionários de escalão superior da Companhia e de suas controladas;
- (b) propor anualmente ao conselho de administração a remuneração dos administradores da Companhia, a ser submetida à assembleia geral;



- (c) propor ao conselho de administração a orientação dos votos a serem proferidos na forma do Art. 20, alínea (i);
- (d) recomendar à aprovação do conselho de administração, a alocação do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, dos honorários mensais de cada um dos administradores, membros dos comitês consultivos e dos demais órgãos de assessoramento da Companhia;
- (e) revisar e recomendar à aprovação do conselho de administração, com relação a cada diretor da Companhia, seu: (i) nível salarial anual, (ii) incentivo anual de remuneração e incentivo de remuneração a longo prazo, (iii) condições aplicáveis à sua contratação, em relação a demissão e mudança de cargo, e (iv) qualquer outro tipo de remuneração, indenização e benefícios;
- (f) recomendar à aprovação do conselho de administração, a aprovação prévia de implementação, alteração das condições ou realização de outorgas nos termos de plano de incentivo de remuneração de longo prazo aos administradores e empregados, incluindo a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços à Companhia e sociedades controladas;
- (g) recomendar à aprovação do conselho de administração, a atribuição, aos administradores da Companhia, de sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, incluindo balanços intermediários, respeitadas as limitações e disposições estatutárias e legais; e
- (h) revisar e submeter ao conselho de administração as metas e objetivos relativos aos planos de remuneração dos administradores e funcionários de alto escalão da Companhia, acompanhando sua implementação e realizando a avaliação do desempenho de tais administradores e funcionários em face de tais metas e objetivos;
- (i) identificar pessoas aptas a se tornarem membros do conselho de administração e da diretoria, e recomendar tais candidatos ao conselho de administração, obedecidas as normas legais, regulamentares e deste Estatuto Social com relação aos requisitos e impedimentos e para eleição de administradores;
- (j) identificar pessoas aptas para outros cargos executivos de alto escalão na Companhia e suas controladas, indicando-as ao conselho de administração;
- (k) recomendar a indicação dos membros do Comitê de Auditoria e outros comitês de assessoramento;
- (l) desenvolver, em conjunto com o diretor presidente, planos de sucessão para garantir que os cargos nos órgãos da administração sejam sempre ocupados por pessoas preparadas, familiarizadas com as atividades da Companhia e de suas controladas, e aptas a implementar seus planos de negócios, seus objetivos de longo prazo e a garantir a continuidade da Companhia;
- (m) desenvolver, revisar e recomendar ao conselho de administração a redação do Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de



Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, bem como outras políticas internas relativas à governança corporativa que se façam necessárias;

(n) revisar periodicamente as responsabilidades de todos os comitês consultivos e demais comitês de assessoramento e recomendar qualquer proposta de alteração ao conselho de administração;

(o) monitorar de forma constante e zelar pelo cumprimento das diretrizes e princípios de governança corporativa da Companhia, propondo melhorias e alterações;

(p) elaborar relatório anual relativo ao desempenho de suas funções, avaliando a atuação dos membros do conselho de administração e da diretoria, o cumprimento das diretrizes de governança corporativa da Companhia e outras matérias que o Comitê de Governança Corporativa e Remuneração entenda pertinentes, bem como fazendo recomendações quanto ao número de membros, composição e funcionamento dos órgãos da Companhia; e

(q) propor ações relacionadas a sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, bem como desenvolver estratégias que mantenham ou agreguem valor à imagem institucional da Companhia.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Art. 37. O conselho fiscal será não-permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. O funcionamento do conselho fiscal terminará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação, podendo seus membros ser reeleitos.

Art. 38. O conselho fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos pela assembleia geral.

§1º. A remuneração dos membros do conselho fiscal será fixada pela assembleia geral que os eleger.

§2º. A posse dos membros do conselho fiscal está condicionada à prévia subscrição do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Art. 54 deste Estatuto Social, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Art. 39. O conselho fiscal reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

Art. 40. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social e de cada trimestre civil serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.



Art. 41. A Companhia, por deliberação do conselho de administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do conselho de administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§1º. A Companhia poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários.

§2º. Os dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos nos termos deste Art. 41 serão imputados ao dividendo obrigatório.

Art. 42. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

§1º. Sobre o valor apurado na forma do caput deste Artigo será calculada a participação dos administradores da Companhia até o limite máximo legal, a ser distribuída de acordo com parâmetros estabelecidos pelo conselho de administração.

§2º. Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á:

(a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º, do Art. 193, da Lei das Sociedades por Ações;

(b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a letra "a" deste Art. 44 e ajustado na forma do Art. 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; e

(c) importância não superior a 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) do lucro líquido para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, participação em consórcios ou outras formas de associação para a realização do objeto social.

§3º. A reserva prevista na alínea (c), do §2º deste Art. 42 não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à assembleia geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social.

§4º. Atendida a distribuição prevista nos parágrafos anteriores, o saldo terá a destinação aprovada pela assembleia geral, depois de ouvido o conselho de administração, respeitadas as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO VII
CONTROLE E INEXISTÊNCIA DE PODER DE CONTROLE E
SAÍDA DO NOVO MERCADO

Art. 43. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Art. 44. A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer: (i) independentemente de realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral da Companhia, na forma do Art. 9º, alínea (a) deste Estatuto Social ou (ii) inexistindo tal dispensa, se precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (a) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida no Art. 4º-A da Lei das Sociedades por Ações; e (b) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

§1º. Para os fins deste Artigo, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.

§2º. Caso atingido o quórum mencionado no Art. 44, item “ii”, alínea (b): (i) os aceitantes da oferta pública de aquisição de ações não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável as ofertas públicas de aquisição de ações, e (ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir ações em circulação remanescentes pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final da oferta pública de aquisição de ações, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da regulamentação em vigor, que deverá ocorrer, em no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Art. 45. A saída da compulsória do Novo Mercado depende da realização de oferta pública de aquisição de ações com as mesmas características da oferta pública de aquisição de ações em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado, nos termos do Artigo anterior.

CAPÍTULO VIII OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE



Art. 46. Qualquer acionista ou grupo de acionistas (“Acionista Relevante”) que venha a atingir: (a) participação direta ou indireta igual ou superior a 50% do total de ações de emissão da Companhia; ou (b) a titularidade de outros direitos de sócio, inclusive usufruto, que lhe atribuam o direito de voto, sobre ações de emissão da Companhia que representem 50% ou mais do seu capital social, deverá (i) dar imediata ciência, por meio de comunicação ao diretor de relações com investidores, na forma da Instrução CVM nº 358/02, da aquisição; e (ii) efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia.

§1º. O Acionista Relevante deverá, no prazo máximo de 45 dias a contar da data da comunicação mencionada no caput do Art. 46, promover a publicação do edital da oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia pertencentes aos demais acionistas, observando-se o disposto na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação expedida pela CVM, pelas bolsas de valores nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, e as regras estabelecidas neste Estatuto Social.

§2º. O Acionista Relevante deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

§3º. O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da oferta pública (“Preço da Oferta”) deverá corresponder, no mínimo, ao valor justo, apurado em laudo de avaliação elaborado conforme determinado na regulamentação aplicável.

§4º. A oferta pública deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no Art. 4º da Instrução CVM nº 361/02 ou norma que venha a substituí-la:

- (a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- (b) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3;
- (c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;
- (d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02;
- (e) ser lançada pelo preço determinado e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e
- (f) ser instruída com o laudo de avaliação da Companhia referido no §3º acima.

Art. 47. Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% das ações de emissão da Companhia, excetuadas deste cômputo as ações de titularidade do Acionista Relevante, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem assembleia especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da Oferta, cujo laudo



deverá ser preparado de acordo com os procedimentos previstos no Art. 4º-A da Lei das Sociedades por Ações e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM e nos termos deste Capítulo.

§1º. Na assembleia especial referida no caput deste Artigo, poderão votar todos os titulares de ações da Companhia, com exceção do Acionista Relevante.

§2º. Caso a assembleia especial referida no caput delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da oferta pública, poderá o Acionista Relevante dela desistir, obrigando-se, neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto no Art. 28 da Instrução CVM nº 361/02, ou norma que venha a substituí-la, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 meses contados da data da mesma assembleia especial.

Art. 48. A exigência de oferta pública obrigatória prevista no Art. 46 não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular outra oferta pública concorrente ou isolada, nos termos da regulamentação aplicável.

Art. 49. As obrigações constantes do Art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações, e no Art. 43 não excluem o cumprimento pelo acionista adquirente das obrigações constantes deste Capítulo.

Art. 50. A exigência da oferta pública prevista no Art. 46 não se aplica nas seguintes hipóteses:

(a) caso a participação de 50% pelo Acionista Relevante seja atingida em decorrência de aquisições feitas por ocasião da realização de oferta pública de aquisição de ações, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado ou com a legislação vigente e que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia e, desde que, pelas quais tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da Oferta;

(b) caso a participação de 50% tenha sido atingida pelo Acionista Relevante (i) de forma involuntária, como resultado do cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações; ou (ii) por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública; ou ainda (iii) em decorrência de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; e

(c) no caso de alienação de controle da Companhia, oportunidade em que deverão ser observadas as regras constantes no Capítulo VII deste Estatuto Social.

Art. 51. Publicado qualquer edital de oferta pública para aquisição da totalidade das ações da Companhia, formulado nos termos deste Capítulo VIII ou ainda da legislação ou regulamentação vigente, com liquidação em moeda corrente ou mediante permuta por valores mobiliários de emissão de companhia aberta, o



conselho de administração deverá reunir-se, no prazo de 10 dias, a fim de apreciar os termos e condições da oferta formulada, obedecendo aos seguintes princípios:

(a) o conselho de administração poderá contratar assessoria externa especializada, com o objetivo de prestar assessoria na análise da conveniência e oportunidade da oferta, no interesse geral dos acionistas e do segmento econômico em que atuam a Companhia e suas controladas, e da liquidez dos valores mobiliários ofertados, se for o caso;

(b) caberá ao conselho de administração manifestar-se favorável ou contrariamente sobre os termos da oferta pública em análise, o que deverá ser feito por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo, (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de outras alternativas à aceitação da oferta pública em análise disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o conselho de administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(c) a oferta pública será imutável e irrevogável, podendo ser condicionada pelo ofertante, no caso da oferta voluntária, à aceitação mínima por acionistas titulares de no mínimo 2/3 das ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria.

Art. 52. Na hipótese de o Acionista Relevante não cumprir as obrigações impostas por este Capítulo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para realizar a comunicação prevista no Art. 46; (ii) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o conselho de administração da Companhia convocará assembleia geral extraordinária, na qual o Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Relevante, conforme disposto no Art. 120 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO IX LIQUIDAÇÃO

Art. 53. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral estabelecer o modo de liquidação e o conselho fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação. A eleição do liquidante, ou liquidantes, e a fixação de seus poderes e remuneração caberá ao conselho de administração.



CAPÍTULO X ARBITRAGEM

Art. 54. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda de sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais Regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55. A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao presidente das assembleias gerais e das reuniões do conselho de administração abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos.

Art. 56. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

*** **